

MULHERES, ENTRE O
CORPO A CULTURA E A
CIDADE:



(R)EXISTINDO ATRAVÉS
DAS BRECHAS

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INTEGRADO

MULHERES, ENTRE O CORPO A
CULTURA E A CIDADE:
(R)EXISTINDO ATRAVÉS DAS
BRECHAS

CAMILA RIBEIRO CASTRO

INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO IAU.USP
SÃO CARLOS - SP, DEZ.2021

MULHERES, ENTRE O CORPO A CULTURA E A CIDADE: (R)EXISTINDO ATRAVÉS DAS BRECHAS

TRABALHO DE GRADUAÇÃO INTEGRADO
INSTITUTO DE ARQUITETURA E URBANISMO IAU.USP

CAMILA RIBEIRO CASTRO

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE

Aline Coelho Sanches
Amanda Saba Ruggiero
Joubert José Lancha
Kelen Almeida Dornelles

COORDENADOR DE GRUPO TEMÁTICO

Joana D'Arc de Oliveira

BANCA EXAMINADORA

Aline Coelho Sanches
Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU.USP

Joana D'arc de Olibveira
Instituto de Arquitetura e Urbanismo IAU.USP

Rodrigo Sartori Jabur
Universidade Federal do Paraná

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Instituto de Arquitetura e Urbanismo
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

cc183m	castro, camila ribeiro Mulheres, entro o corpo, a cultura e a cidade: (r)existindo através das brechas / camila ribeiro castro. -- São Carlos, 2021. 112 p.
	Trabalho de Graduação Integrado (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2021.
	1. mulheres. 2. corpo. 3. cidade. 4. cultura. 5. estrutura modular. I. Título.

Bibliotecária responsável pela estrutura de catalogação da publicação de acordo com a AACR2:

Brianda de Oliveira Ordonho Sígolo - CRB - 8/8229



Atribuição-SemDerivações-SemDerivados- CC BY-NC-ND

RESUMO

Este trabalho propõe um projeto de escala urbana que responde às questões acerca do direito à cidade na perspectiva feminista. O ensaio projetual parte do cruzamento de diferentes discussões, reconhecendo o domínio do patriarcado e do neoliberalismo sobre a produção da cidade. O fio condutor do trabalho é a proposição de uma cidade mais diversa pensada e projetada para o acolhimento diferentes corpos e culturas.

Palavras-chave: Urbanismo feminista; espaço público; arquitetura modular;

SUMÁRIO

introdução	9
inquietações	11
o direito à cidade	12
por um planejamento de possibilidades	14
o corpo, primeiro território de resistência	16
arte urbana e cultura popular	18
corpo e a arte como resistência urbana	21
o território	23
natural de Piracicaba	24
formação urbana	26
leituras urbanas	30
o projeto	43
diretrizes projetuais	46
verbos	48
referências projetuais	50
o sistema	54
o módulo	60
considerações finais	111
agradecimentos	113
referências	114

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce do desejo de entender as questões de gênero no contexto do espaço urbano. Essa discussão se enreda na cidade devido sua lógica de produção heteronormativa, projetada e pensada para um corpo específico, que não contempla a diversidade de mulheres e de práticas sociais urbanas. As mulheres, e todos os demais corpos que não se encaixam no padrãoandrocêntrico, adentram o tecido urbano através de suas brechas, colocando-se numa posição de resistência à narrativa hegemônica que está colocada.

Com apoio bibliográfico, este debate se encaminhou para questões acerca do direito à cidade na perspectiva de gênero, as práticas sociais do corpo, e a arte urbana como uma prática crítica.

Olhando mais especificamente para a cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, o trabalho se propôs a repensar um sistema de espaços públicos, requalificando-os através de pequenas intervenções que potencializam as pré-existências, ao mesmo tempo que buscam ativar a relação entre o corpo, o corpo coletivo e o território.

Deste modo, o trabalho 'Mulheres, entre o corpo, a cultura e a cidade: (r)existindo através das brechas', repensa o espaço público, apropriando-se de práticas projetuais que sejam capazes de contemplar a diversidade de corpos, indicando um caminho de resistência aos processos hegemônicos de produção da cidade, na tentativa de garantir uma existência mais agradável, facilitada e segura às mulheres.

INQUIETAÇÕES

12

Considerando a experiência na cidade, o uso e apropriação do espaço urbano, a fruição e a produção do espaço público, vale questionarmos, quem de fato exerce o direito à cidade? Atualmente assistimos ao avanço do capital financeiro sobre o espaço público, associado à contração da cidadania e o conseqüente empobrecimento da experiência urbana contemporânea. De acordo com Milton Santos (2007) vivemos hoje um espaço fragmentado, desumano e alienante, onde o espaço do habitat humano está reduzido, nos condicionando a uma experiência escassa do espaço.

Esse contexto, segundo alguns autores, é consequência da expansão política neoliberal para uma escala global, que por sua vez tornou o processo de urbanização também global. Segundo Harvey (2012), o capital financeiro hoje está interligado de tal modo como nunca esteve antes. Essa política privilegia, sobretudo, a propriedade privada, o consumismo e seus valores, em detrimento dos espaços e direitos coletivos, levando a proliferação de shopping centers, megaeventos e outros espaços pautados na ideologia do espetáculo (HARVEY, 2012).

Como efeito, o espaço se configura como um marketing territorial, alimentando a cultura de massas, adversária da consciência, e contribuindo para um processo de desculturização do sujeito (SANTOS, 2007). Sendo a cidade um espaço de revelação, com papel preponderante na tomada de consciência, a cultura e o espaço alienante produz o que Milton Santos nomeou desterritorialização, circunstância que está intimamente ligada à cidadania, uma vez que o território de origem do sujeito é onde se aloca sua cultura e seu pertencimento, e portanto, sua consciência de realidade.

Esta condição faz parte de um projeto capitalista de eterna produção de mais-valia que, para tanto, nos retira a liberdade de fazer e refazer nossas cidades. Vera Pallamin (2015) indica ainda a radicalização das desigualdades e a tendência do capital se estabelecer sobre a cultura, reduzindo as ações culturais a um mecanismo de interesse econômico, com a função de disciplinar e dominar as esferas do cotidiano.

Tal panorama institui um modelo de socialização e de personalidade humana de forte individualismo e isolacionismo, promovendo uma intensa polarização da riqueza e do poder, “murando comunidades e mantendo os espaços públicos sob vigilância”, lançando mão inclusive de forças violentas, sob a justificativa de transformações urbanas de desenvolvimento (HARVEY, 2012). Nesse sentido o entorno vivido como um lugar de troca, matriz de um processo intelectual capaz de substituir a ignorância pelo conhecimento tornam-se cada vez mais raros, assim como os ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento.

Frente ao processo de extenso avanço neoliberal, cerceamento do Estado democrático de direito, desinstitucionalização do espaço público, e a deposição dos ideais de cultura como uma mercadoria rentável, este trabalho se coloca como uma iniciativa para entender como essa lógica afeta as relações urbanas de maneira física e simbólica, para buscar nas brechas, formas de resistência, um caminho para romper este ciclo, em direção à reivindicar o direito à cidade e mudar a vida de acordo com os interesses coletivos.

[...]procuramos as brechas para existirmos na cidade. Achamos brechas quando ousamos sair de bermudas nas ruas no início do século XX, ou mesmo de minissaias na década de 60. Ousamos votar, estar nas ruas trabalhando, ousamos ser donas de nosso sistema reprodutivo, ousamos falar, gritar e chorar em público por nossas perdas, pela violência que sofremos, ousamos existir segundo o que acreditamos ser a existência em nosso tempo. Isso nada mais é que resistir através de nossos corpos e práticas sociais (TAVARES, 2015, p. 93)

14

Numa perspectiva de gênero, as mulheres se situam na periferia do sistema de produção capitalista, recebem os salários mais baixos e exercem de forma sobrecarregada trabalhos não pagos (HELENE, 2019). Estando marginalizadas no capitalismo neoliberal, tornam-se reféns da segregação espacial e da retirada de direitos frente ao uso e apropriação do espaço público, situação colocada como barreira no caminho da autonomia, emancipação e justiça social. Esse conflito é, em grande parte, decorrência de uma indiferença às diferenças (TAVARES, 2017). Trata-se de uma crítica à cidade androcêntrica a qual não contempla as necessidades específicas das mulheres, não considera a divisão sexual do trabalho, e nem os papéis desempenhados por cada gênero na sociedade (SUMI, 2018).

Este fato evidencia a necessidade de novas práticas de planejamento urbano que levem em consideração não só a questão de gênero, mas a diversidade de sujeitos e de práticas sociais que compõem as cidades (TAVARES, 2017). É preciso reconhecer a diversidade e a diferença de gênero como uma qualidade que marca a prática social da vida urbana, e reconhecer as mulheres como destinatárias de políticas urbanas que as acolham, pois um planejamento urbano marcado por uma visão masculina provoca consequências na vida da mulher urbana, como a negação da sua segurança física, psíquica, do seu bem-estar, provocando dificuldades nos processos pessoais e coletivos de desenvolvimento (CASIMIRO, DATA). Dessa forma a linguagem do planejamento urbano deve se apoiar numa metodologia e epistemologia feminista, considerando a tríade gênero, raça e classe, compondo uma atuação conjunta, originando uma ação interseccional (SUMI, 2018).

Via de regra, o debate sobre o planejamento urbano numa perspectiva de gênero se direciona para demandas específicas como a questão da habitação e regularização fundiária, o acesso à creches e escolas e o próprio direito à cidade. Entretanto, estas instâncias não abarcam a

POR UM PLANEJAMENTO DE POSSIBILIDADES

complexidade da vivência feminina no tecido urbano. As mulheres são agentes ativos que tentam reconceber a cidade de diferentes maneiras, confrontando as fronteiras através de suas práticas sociais, são corpos que resistem e afirmam sua diferença de múltiplas formas (TAVARES, 2017). Estes corpos não estão soltos no espaço, são corpos sociais que interferem e são interferidos, não só pela natureza, mas pela sociedade e as contradições que os cerca, reverberando suas práticas por toda a cidade, com capacidade de influenciar um novo modo de produção do espaço urbano.

15

Nesta perspectiva, Rossana Tavares (2017) propõe o chamado espaço generificado de resistência, que em suas palavras se verifica como “uma geometria espacial complexa e paradoxal resultado de uma pressão por justiça social, próxima ao reconhecimento de que emerge o tensionamento entre os interesses práticos e estratégicos das mulheres”. Assim, pensar práticas e espaços generificados de resistência, é pensar num planejamento de hipóteses, que possibilite a presença das mulheres para que se apropriem do espaço público.

Muito embora o processo de acumulação capitalista tenha instituído uma urbanização generificada, com a separação entre espaço produtivo - o espaço público, destinado aos homens - e o espaço reprodutivo - ambiente doméstico, destinado às mulheres, podemos então, inferir que a primeira dimensão do espaço generificado de resistência é o corpo das mulheres e suas práticas sociais no tecido urbano.

Os corpos feminizados são corpos que não se restringem ao espaço privado, ao lugar da moradia, e sua presença impulsiona os processos de transformação urbana. Coloca-se aqui a dimensão do corpo como instrumento de apreensão e apropriação do espaço público, e como essa ideologia se reverbera no corpo feminizado.

O CORPO, PRIMEIRO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA

Reconhecendo o corpo como uma organização concreta e material, e seu papel na prática social, temos no corpo a potencialidade primeira de apropriação. Rita Velloso (2016) aponta que o processo revolucionário de desalienação, contra a passividade do cotidiano, se inicia com o engajamento corpóreo do indivíduo envolvido na apropriação do espaço urbano. Sendo assim, a experiência urbana, em especial a experiência corporal da cidade, se caracteriza como um processo de micro-resistência ao processo de espetacularização das cidades (JACQUES, 2008).

Esta afirmação de Paola Berenstein Jacques parte do pressuposto de que a experiência urbana fica inscrita no corpo, compondo uma cartografia corporal das experiências vividas no espaço cotidiano da vida urbana, as corpografias urbanas de resistência, e assim, “os corpos, moldados pelas experiências vividas, se configuram como um contraponto a cidade logotipo, de cenários espetacularizados, desencarnados” (JACQUES, 2008).

Este contraponto nasce da ideia da apropriação como um ato de consciência, onde o indivíduo consciente de si e de seu mundo, confronta a passividade cotidiana e reconhece sua intervenção como ato capaz de provocar transformações. O corpo por sua vez, qualifica o espaço por meio dos gestos e assim determina as múltiplas ordenações do espaço social.

A relação corpo-espaço se configura então como a primeira esfera de significado da vida humana, sendo o espaço social um campo dual, ao mesmo tempo, campo de ação e base para a mesma, de onde derivam e retornam as energias (VELLOSO, 2016). E assim, o corpo, colocado ativamente no espaço, pertence e participa da produção do espaço, numa determinação recíproca na qual “o indivíduo situa seu corpo no seu espaço e apreende o espaço que rodeia e envolve o corpo” (VELLOSO, 2016).

esta postura crítica e propositiva com relação à apreensão e compreensão da cidade por si só já constitui uma forma de resistência tanto aos métodos mais difundidos da disciplina urbanística – como o tradicional “diagnóstico”, baseado principalmente em bases de dados estatísticos, objetivos e genéricos – quanto ao próprio processo de espetacularização das cidades contemporâneas (JACQUES, 2008)

Nesse sentido, os espaços menos espetacularizados resistem nos corpos moldados por sua experiência. Caminhando para uma perspectiva de gênero, as mulheres são as que mais experienciam o tecido urbano devido aos deslocamentos que realizam diariamente para suprir as demandas de trabalho que são responsáveis - o trabalho produtivo e reprodutivo. Assim, os corpos feminizados se caracterizam como os corpos que mais intervêm na cidade, ao mesmo tempo que a cidade se inscreve nesses corpos. Por isso, pensar espaços que acolham esses corpos generificados e que dêem abertura para o processo de apropriação, e experimentação dos espaços, é um caminho de suporte à práxis urbana, se opondo à passividade e à alienação, e estabelecendo espaços de resistência.

os mais pobres, mesmo de maneira não voluntária, experimentam ou vivenciam mais a cidade do que os habitantes mais abastados, pois estes obrigatoriamente possuem o hábito da prática urbana no cotidiano, e assim desenvolvem uma relação física mais profunda e visceral com o espaço urbano (SANTOS apud JACQUES, 2008)

As questões de identidade social e urbana, de gênero, as formas de expressão cultural, as condições de cidadania e democracia são constituintes da natureza do espaço público. A arte urbana por sua vez, compreendida no plano das relações sociais, reverbera as contradições, os conflitos e as relações de poder que se dão nesse espaço. Esta condição confere à arte urbana um papel de agente na produção simbólica do espaço público, uma vez que associada aos problemas da vida cotidiana, abre o questionamento de como e por quem os espaços da cidade são determinados (PALLAMIN, 2015).

A arte urbana apontada por Vera Pallamin (2015) como uma ação crítica, “potencializada pela ideia de tornar a cidade disponível para todos os grupos”, propondo novas extensões do espaço vivido, se aproxima da ideia de cultura popular defendida por Milton Santos (2007) como uma filosofia, um caminho para libertação, que simboliza o homem e seu entorno. Ancorada no contexto urbano, a prática crítica de arte confere à cidade e ao espaço público um papel de ampliação da consciência dos sujeitos.

Nesse sentido, a arte urbana e a cidade tem perdido espaço nestas ações na medida que a expansão do capital financeiro dissemina a ideologia do empreendedorismo urbano, que se instrumentaliza através dos projetos urbanos pontuais, o marketing de mercado e a gentrificação (PALLAMIN, 2015). A arte cooptada pelo capital financeiro, caminha em comum acordo à sociedade do espetáculo, se enraizando num processo de mercadificação da produção cultural visando produzir desejos de consumo e despolitização em detrimento do pensamento crítico.

A cultura de massas, que se alimenta de coisas (SANTOS, 2007), contribui para uma formação estética passiva, onde o sujeito, amarrado à sua condição de consumidor esterilizado, não é capaz de se dar conta do contexto alienante que está imerso. Em sua análise Milton Santos (2007) indica como a cultura de massas é indiferente à diferença e

ARTE URBANA E CULTURA POPULAR

opera na lógica da uniformização. Em uma passagem do ‘Direito à Cidade’, Lefebvre (2001) cita a importância da arte a qual “traz para a realização da sociedade urbana sua longa meditação sobre a vida como drama e fruição”.

Tanto Lefebvre quanto Milton Santos reconhecem na camada detentora da força de trabalho o potencial transformador das relações de direito à cidade e de fim da cultura alienante. Santos indica que como as camadas mais pobres não têm o mesmo acesso ao consumo de mercadorias, não estão amolecidas pela cultura de massas e por isso elaboram a cultura popular, a qual auxilia na compreensão de sua posição social no mundo. Lefebvre coloca ainda que o direito à cidade, entendido como o direito à vida urbana transformada e renovada só irá se materializar de fato quando a classe trabalhadora se tornar o principal agente de produção da cidade.

O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada. [...] O que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência e da arte. (LEFEBVRE, 2001)

Assim, a cultura popular se mostra como agente na resistência à funcionalização das ações culturais confrontando o processo de alienação dos sujeitos e espetacularização das cidades. A grosso modo, a arte urbana, se reconhecida como o locus da experiência, possibilita uma apreensão espaço-temporal complexa e crítica, refutando a prática generalizante e cenográfica da espetacularização (BRITO, 2009). Portanto, um dos caminhos de resistência ao avanço do capital financeiro e globalizante, talvez se dê através da visibilização e protagonismo de espaços que privilegiem essa cultura e os sujeitos que a produzem.

O CORPO E A ARTE COMO RESISTÊNCIA URBANA

Mobilizando as discussões trabalhadas anteriormente, sugere-se uma intersecção criativa e propositiva aparelhada pelas ferramentas da arquitetura e urbanismo.

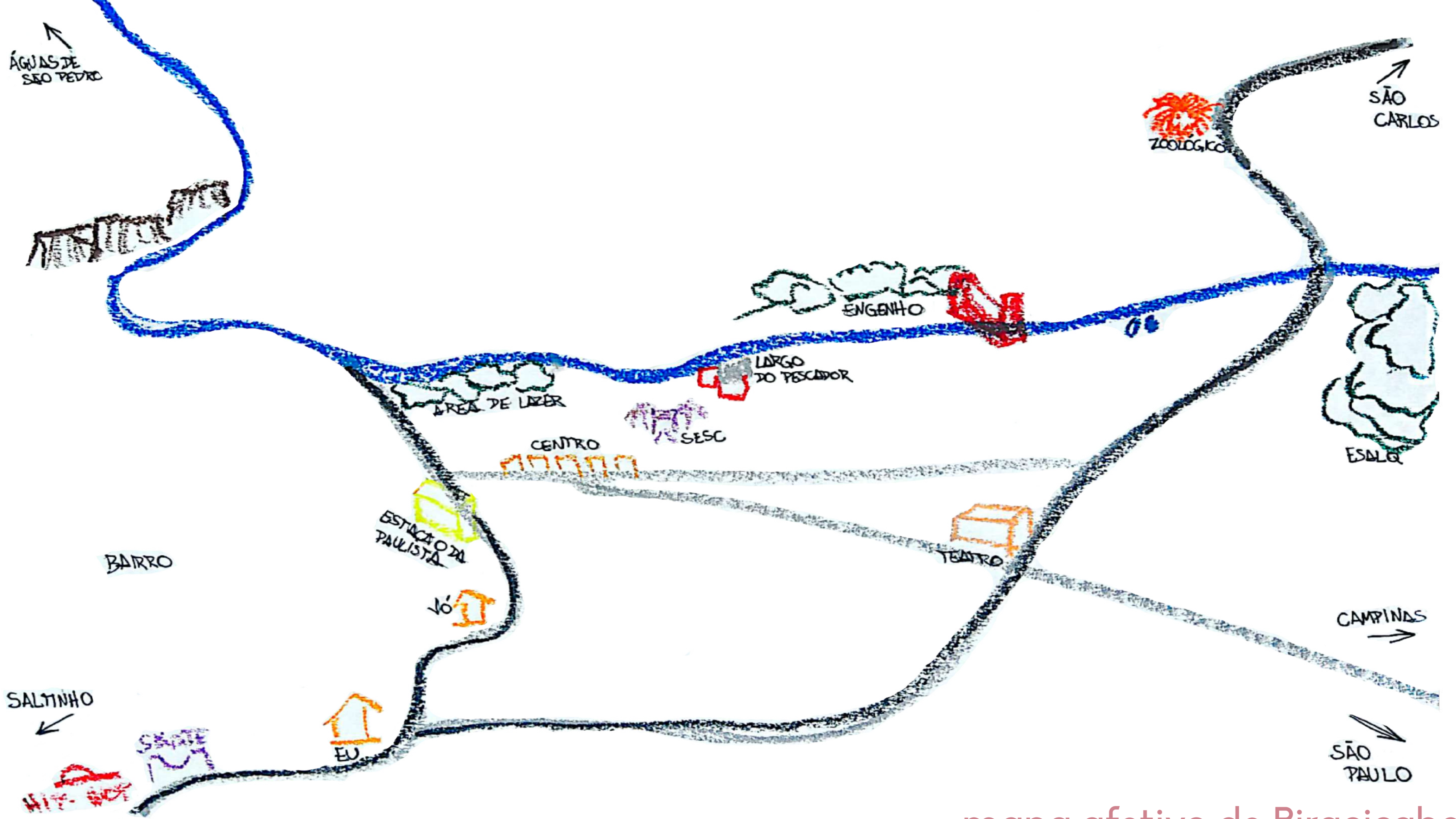
Sob o prisma do debate de gênero e compreendendo a cidade como um espaço em disputa, podemos reconhecer o corpo feminino e suas práticas sociais no espaço urbano como primeira ação de enfrentamento à privatização do espaço público. Nesse sentido, a prática social à qual as mulheres acionam detém a potência de transformação das relações sociais que ocorrem no contexto das cidades (TAVARES,).

Ao mesmo tempo, o espaço público e a experiência artística promovem e resultam numa articulação entre o corpo e seu ambiente de existência, revelando assim aspectos e reflexões sobre a vida humana (BRITO, 2009). Deste modo, as práticas sociais do corpo feminino, em concordância com a arte urbana enquanto prática crítica, compatibilizam uma luta contra as subjetividades dominantes, subvertendo o ideal de gênero, de heteronormatividade do espaço, restrição do espaço público, e difusão da cultura de massas despolitizada.

O agenciamento dessas teorias promove então, uma discussão que caminha em direção ao direito à cidade defendido por Lefebvre (2001), no qual a estratégia de renovação urbana se dará através de ações revolucionárias contra as coisas estabelecidas.

À vista disso, caminhamos para uma leitura de cidade que tem como principal filtro as reflexões provocadas pela articulação entre o corpo feminino, arte e direito à cidade, ensaiando uma proposta de intervenção que esteja em concordância com estes temas, propondo uma nova visão de cidade que rompe com a lógica heteronormativa e espetacularizada do urbanismo neoliberal.

○
TERRITÓRIO



mapa afetivo de Piracicaba

Se os corpos são moldados pelas experiências vividas, e a experiência urbana fica inscrita no corpo, este trabalho e a leitura da cidade de Piracicaba são, antes de tudo, a elucidação de uma experiência vivida e situada neste mesmo território. A justificativa da escolha desta cidade se dá primeiramente por uma questão afetiva, resultado da construção de identidade cultivada ao longo dos anos. O mapa sensível se coloca aqui como um instrumento de compreensão do lugar da experiência, visto que traduz essa vivência do tecido urbano no espaço-tempo.

O ponto de partida desta análise portanto não é neutro, são leituras intencionadas decorrentes do filtro da experiência. Ao mesmo tempo, aproximar-se desta cidade na posição de estudo e análise, apoiada em conceitos e bases teóricas da arquitetura e urbanismo agenciou novas compreensões deste território.

A escolha de Piracicaba trata também de um deslocamento do olhar dos grandes centros urbanos, para nos atentarmos à expansão e amadurecimento das pequenas e médias cidades do país. De modo a evitar a difusão das mazelas das grandes metrópoles brasileiras precisamos direcionar os estudos e esforços políticos para as cidades do interior. Agenciar instrumentos urbanos para uma construção mais democrática desses territórios é o caminho para garantir o direito à cidade à todos os cidadãos.

Com um olhar mais atento à Piracicaba e sua história, é evidente sua relação com o Rio Piracicaba, seja em sua identidade cultural, nas tradições, nos modos e direções para onde a cidade se desenvolveu, e até mesmo nos cartões postais. Por todo o interior paulista é provável que ao citar a cidade de Piracicaba alguém faça referência ao seu rio,

NATURAL DE PIRACICABA

ou ao sotaque caipira característico de seus habitantes. A identidade piracicabana está atrelada à beira-rio, à cultura caipira, ao folclore paulistano e ao Rio Piracicaba propriamente dito.

Entretanto, em que medida o compasso desta história e dessa cultura contribui para a construção de uma cidade espetáculo? Onde está a linha que separa a celebração cultural da mercadificação da cultura? O tipo popular do Nhô Quim é representativo para quem? Piracicaba incorpora processos velados na medida que explora seu potencial cultural utilizando a tática do lucro e negociando com a lógica do empresariamento urbano.

Assim, no empenho de afirmar um contraponto à essa lógica, quais as outras histórias de Piracicaba? É possível construir outras narrativas de cidade para além da beira-rio? Quais são os corpos que verdadeiramente produzem essa cidade e que essa cidade produz? Encontrar os espaços menos espetacularizados da cidade pressupõe identificar e visibilizar os corpos que realmente experimentam o espaço urbano, que por sua vez revelam as apropriações diversas que não são percebidas pelos olhares da cidade logotipo.

A escolha de Piracicaba é portanto um exercício de buscar as brechas na narrativa hegemônica, e encontrar os espaços onde os corpos invisibilizados resistem, especialmente os corpos das mulheres, compondo suas próprias histórias e narrativas.

Os primeiros povoamentos de Piracicaba se deram na margem esquerda do rio, onde se localiza a casa original do fundador, a chamada “Casa do Povoador”, atualmente um espaço de cultura da cidade. No final do século XIX foi construída a primeira ponte rodoferroviária, conectando as duas margens do rio, permitindo a ocupação dos dois lados da cidade. Entretanto, a cidade manteve o padrão de ocupação da margem esquerda em direção ao centro até meados da década de 1960.

Posteriormente, e especialmente nos anos 1970, Piracicaba assistiu a um intenso processo de crescimento, e passou a vivenciar os problemas urbanos típicos das grandes cidades do país, verificando-se nesse período um processo de periferização do território e de parte da população. Um levantamento realizado em 2003, pelo Instituto Pólis, verificou a existência de 42 favelas na cidade de Piracicaba, concentradas na porção sudoeste (Vila Cristina) e na porção noroeste (Vila Sônia e Santa Terezinha) (GRISOTO, 2018).

Em Piracicaba, a lógica de produção do espaço urbano que predominou por muito tempo foi a extensão do perímetro urbano, criando vazios urbanos que privilegiam as formas especulativas de acesso à terra. Essa estruturação manteve o padrão histórico de segregação onde as classes de alta renda viviam na região central e em suas bordas, e as camadas mais pobres nas margens do município. Por esse motivo a expansão dos loteamentos fechados é algo recente na história da cidade,

enquanto em grande parte das cidades brasileiras este movimento se inicia a partir dos anos 1990, em Piracicaba esse padrão imobiliário ganhou força somente nos anos 2000 (GRISOTO, 2018).

Assim, a condição de moradia das camadas mais pobres da cidade se estabelece a partir das bordas do município, regiões mais distantes do centro, e conseqüentemente mais carentes de infraestrutura. Não por coincidência, essas áreas são as mais densas do território e com maiores índices de vulnerabilidade social, abrigando a maioria das favelas e das ocupações irregulares*

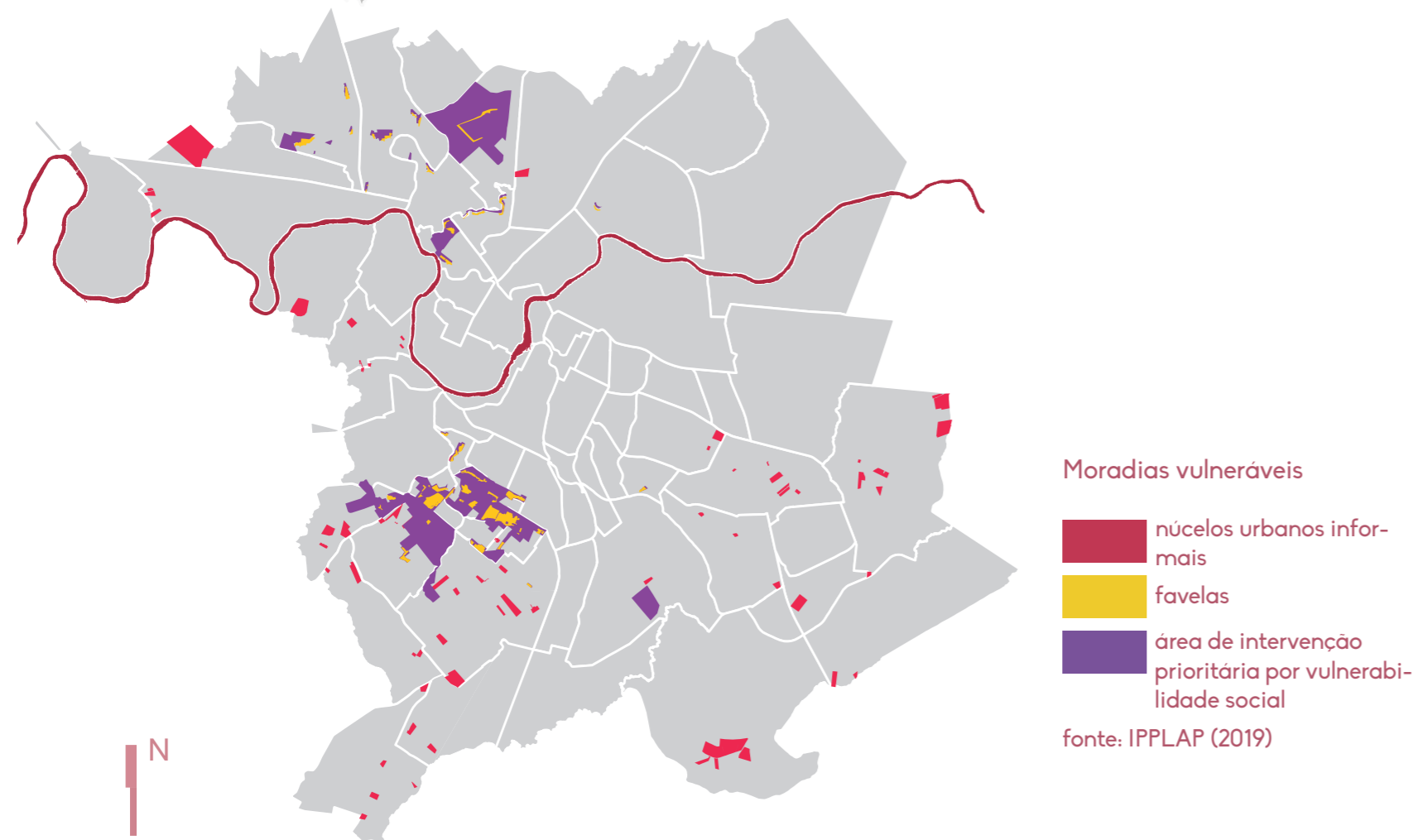
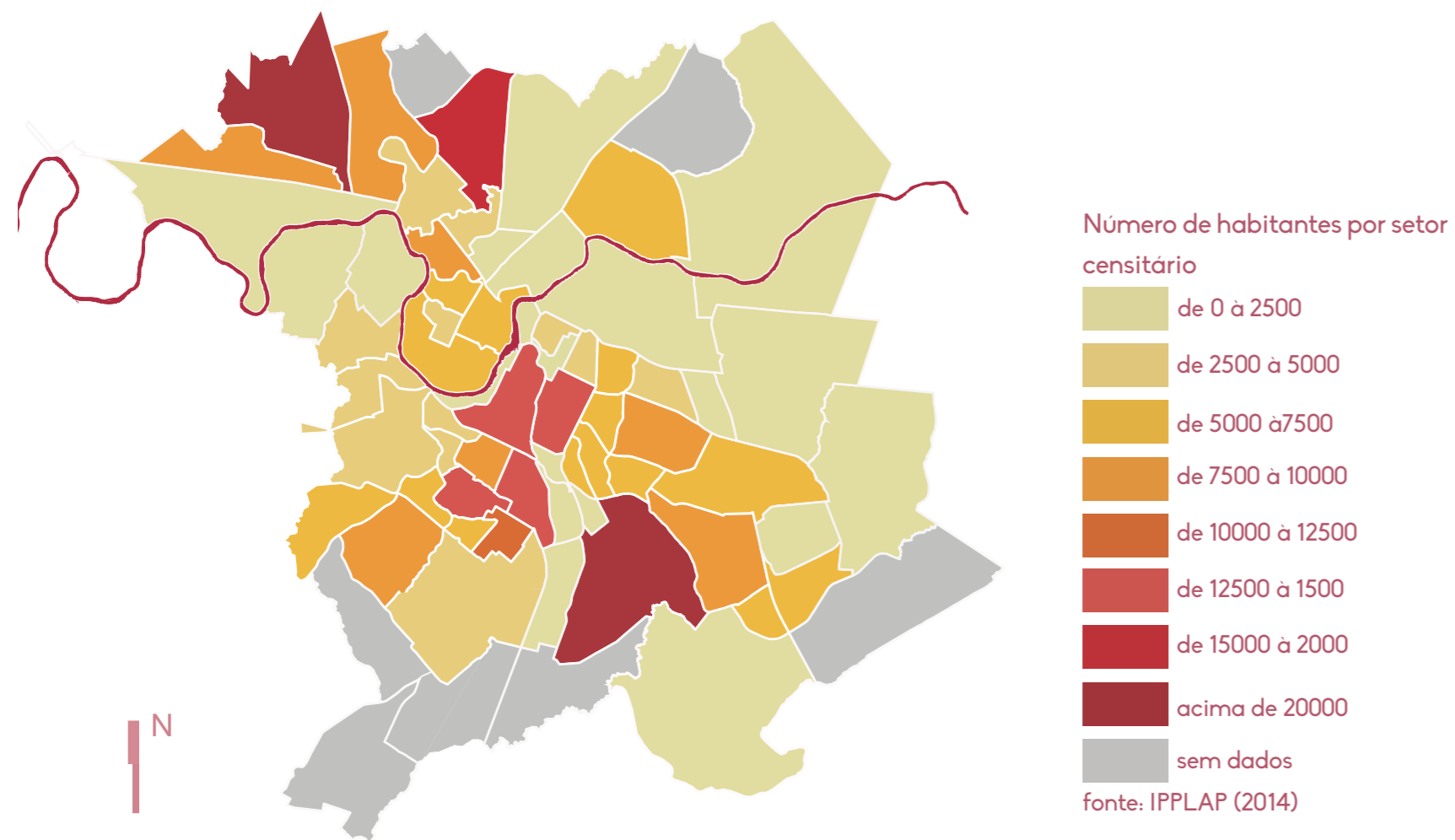
Outro aspecto importante da cidade e que chama atenção é a pluralidade de manifestações culturais presentes e dispersas no calendário, especialmente as de cunho popular. Dentre elas destacam-se o Batuque de Umbigada, o Maracatu, o Samba de Roda, o Samba de lenço, a Capoeira, a Festa da Polenta, o Cururu e a Seresta, a Festa de São João de Tupi, a Festa do Divino Espírito Santo, além dos Bonecos do Elias (uma manifestação cultural de caráter móvel), e o Salão Internacional de Humor. Essas manifestações desempenham um papel central na formação da identidade cultural da cidade, e são consideradas patrimônio imaterial do município. Essas tradições são heranças da sua origem, nos remetendo ao folclore paulista, às culturas e religiões africanas, e ao catolicismo (IPPLAP, 2012).

LEITURAS URBANAS



A cidade de Piracicaba, localiza-se a 152 km a noroeste da cidade de São Paulo, e conta com um território de 1.378,069 km² de extensão, sendo sua área urbana de 233,36 km² e a área rural de 1.145,14 km², sendo o 19º município do estado em extensão.

Desde 2012 a cidade lidera a Aglomeração Urbana de Piracicaba, composta por 23 municípios, revelando sua importância regional na porção oeste do estado de São Paulo. Pela legislação o principal objetivo dessa organização é facilitar o planejamento urbano regional, estabelecendo uma cooperação entre os diferentes níveis de governo, promovendo a integração de políticas públicas a fim de reduzir as desigualdades regionais.

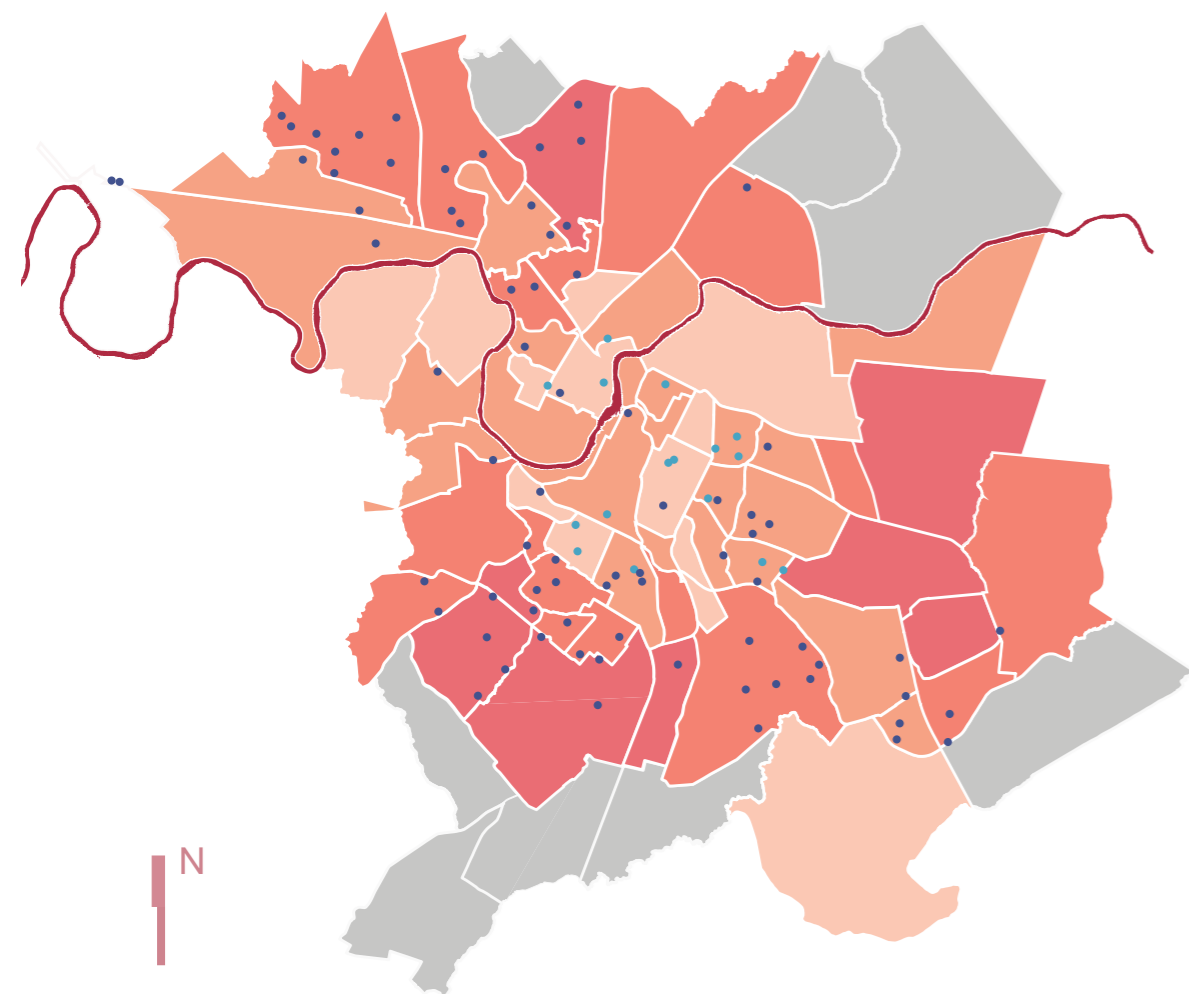


De acordo com a Fundação SEADE, em 2020, a densidade demográfica do município de Piracicaba era de 282,91 hab/km², com uma população estimada em 407.252 habitantes, sendo 98,04% concentrada no perímetro urbano.

A análise do mapa de número de habitantes por bairro indica que a região sul apresenta a maior densidade populacional, com 56,06 hab/ha, seguida pela região central, com 46,62 hab/ha, e logo depois a porção oeste, com 46,09 hab/ha. Com exceção da área central, a qual a elevada densidade se dá pela ocupação histórica, as regiões sul e oeste correspondem aos maiores índices de vulnerabilidade social, abrigando a maioria das favelas e das ocupações irregulares.

Nas últimas décadas o perímetro urbano de Piracicaba passou por sucessivas expansões, as quais, aliadas a uma queda no crescimento demográfico, contribuíram para a dispersão de núcleos informais*, à medida que favoreceram a especulação imobiliária e o aumento dos vazios urbanos.

Em termos de regulamentação do crescimento da cidade, o primeiro plano diretor teve início em 1991, sendo aprovada apenas em 1995, momento o qual, de acordo com o levantamento do Instituto Pólis, Piracicaba já contava com 53 favelas. Em 2016 teve início a revisão do Plano Diretor de 2006, a qual resultou, em 2019, no Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba, que entrou em vigência em 2020. Neste novo plano foram previstas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), e indicadas áreas de intervenção prioritária por vulnerabilidade social, favelas, e núcleos urbanos informais (urbano e rural), com a intenção de efetivar a política de regularização fundiária nestas áreas.



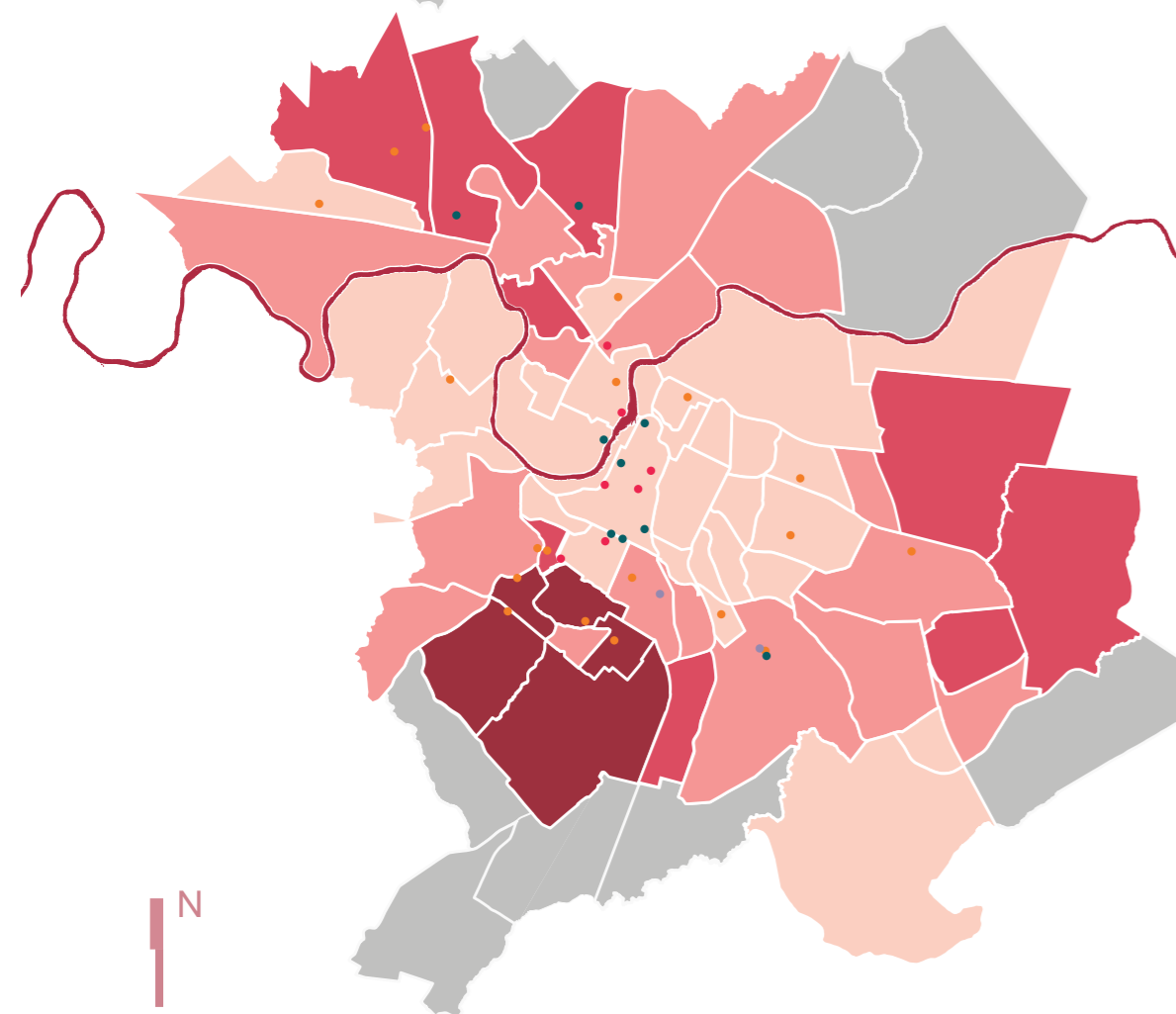
Percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio e equipamentos de educação

- de 0 à 3,37
- de 3,37 à 6,9
- de 6,9 à 13,24
- de 13,24 à 24,35

fonte: IPPLAP (2003)

- escola de educação infantil municipal
- escola de educação infantil privada

fonte: IPPLAP (2019)



Índice de exclusão por equidade de gênero e espaços de cultura

- de -1 à -0,75
- de -0,75 à -0,5
- de -0,5 à -0,25
- de -0,25 à 0

fonte: IPPLAP (2003)

- entro cultural público
- entro cultural privado
- centro comunitário
- associação comunitária

De acordo com o IBGE, em 2010, foram contabilizadas em Piracicaba 186.226 mulheres, o que corresponde a 51,08% da população total. O “Mapa de Inclusão/Exclusão Social de Piracicaba”, elaborado em 2003, o qual dimensionou alguns atributos de desigualdade do município. Dentre estes dados está o percentual de mulheres responsáveis pelo domicílio, e há setores onde esse valor chega a 24,35%. Embora, remetam à uma cidade de mais de 20 anos atrás, muito provavelmente esses percentuais acompanharam o crescimento da cidade, e se fossem dimensionados hoje talvez indicariam valores ainda mais altos.

Ainda assim, no processo de autonomia feminina a renda não é o único fator influente. Outro dado a ser considerado é a disponibilidade de serviços públicos facilitadores da dinâmica da vida cotidiana. Nesse sentido, se tratando de mulheres, equipamentos que auxiliem a maternidade são de extrema importância para a manutenção de sua autonomia.

O mesmo estudo elaborou o ‘Índice de Exclusão por Equidade de Gênero’ (Iex Equidade de Gênero) que considera algumas variáveis e um padrão básico de inclusão social (PBIS) para medir a discrepância da equidade de gênero dentro do município. Esse padrão básico de inclusão social é um parâmetro que parte da realidade existente no local, e considera os acessos à condições de vida urbana bem qualificadas.

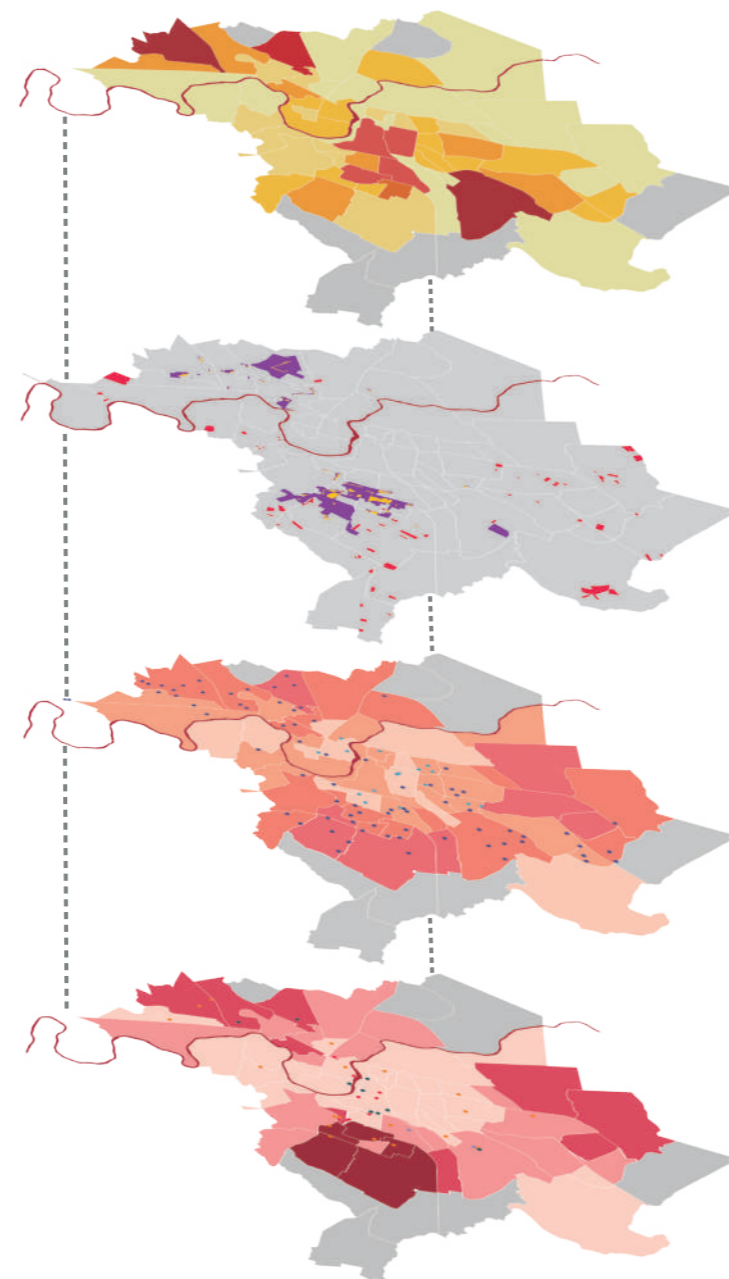
Esse mapa evidencia, portanto, as regiões onde as mulheres estão mais distantes de alcançar uma equidade de gênero, colocando-as num lugar à margem do padrão básico de inclusão social. Considerando que nesta avaliação todas as mulheres consideradas são também as chefes de família, sua condição denuncia o retrato da vida de um grupo que dela depende, e que conseqüentemente também vivencia a exclusão e dificuldade de acesso à uma vida urbana qualificada.

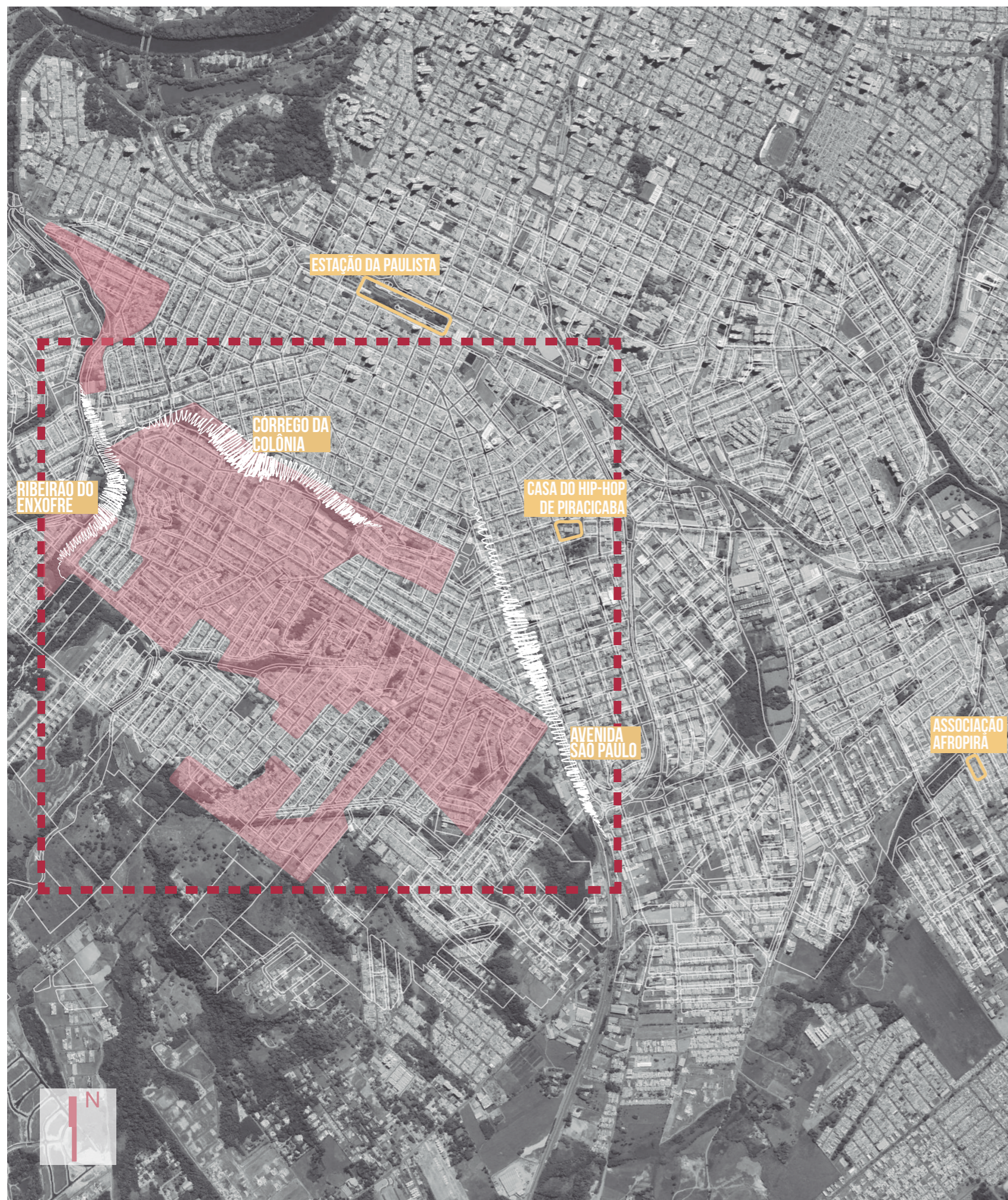
Os fatores que influenciam a equidade de gênero são um espectro localizado, atravessado também por questões subjetivas como o acesso à cultura, fonte de debate, formação e da tomada de consciência de si e do mundo.

Deste modo, proponho uma leitura territorial do Iex equidade de gênero, associada à distribuição de equipamentos de cultura, estabelecendo uma relação entre equidade de gênero e acesso à cultura, refletindo como esses espaços podem contribuir na construção da equidade de gênero.

Analisando os mapas e cartografias aqui indicados, percebemos que as áreas no extremo norte, sul e oeste da cidade apresentam os maiores percentuais de mulheres responsáveis pelo domicílio, ao mesmo tempo que são as mais densas do território e onde se localizam a maioria das moradias vulneráveis. Ao mesmo tempo, são também as regiões onde se verifica menor presença de espaços culturais e lazer voltados à comunidade.

Este diagnóstico revela um padrão bastante comum das cidades brasileiras, que trata da concentração de infraestrutura e serviços nas regiões centrais, ou nas áreas nobres, em detrimento da população periférica que mais utiliza desses serviços. Na perspectiva das questões do presente trabalho, elegeu-se a área sul para aprofundamento da análise e proposta de intervenção.





em que medida as fronteiras contribuem para a manutenção da exclusão social no território?

Esta região compreende 7 bairros: Bairro Verde, Paulista, Pauliceia, Vila Cristina, Jaraquá, Monte Líbano, e Jardim Itapuã. Trata-se de uma área bastante adensada e relativamente próxima ao centro da cidade.

Numa primeira aproximação é possível perceber, a partir do tecido urbano, algumas fronteiras*, que por sua vez configuram mudanças qualitativas no território. As barreiras aqui indicadas são a Avenida São Paulo, O Ribeirão do Enxofre cujo curso desenha avenida Prof. Demóstenes Santos Corrêa, e o Córrego da Colônia.

Em rosa é destacada a área de intervenção prioritária por vulnerabilidade indicada pelo plano diretor. Estas barreiras dividem o tecido urbano, e agrupam os bairros por classes sociais. É possível perceber esta dinâmica fazendo-se uma análise mais minuciosa das texturas de cada bairro, indicada pelo modo, ritmo e tipologia das moradias. Foram ainda indicados os espaços de cultura mais próximos de modo a perceber a distância dos espaços de vulnerabilidade social e os equipamentos de cultura.

Na tentativa de entender as possíveis dinâmicas desse território, foi realizado um levantamento dos equipamentos de saúde e educação, que são potencialmente ocupados e apropriados por mulheres dentro de suas rotinas, para assim esboçar os principais fluxos e a partir deles elencar brechas que integrem estes percursos.

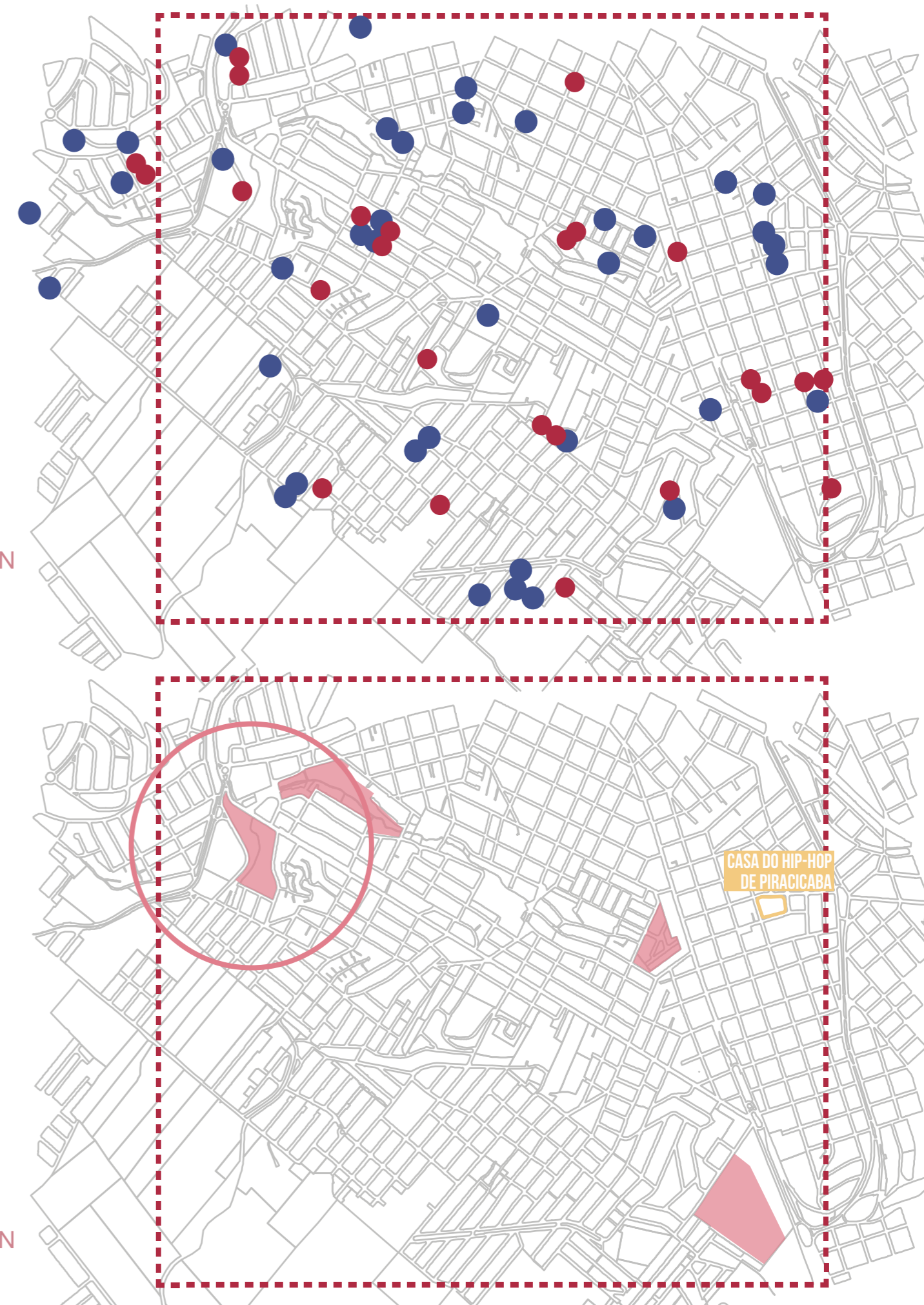
Reconhecendo os equipamentos e os percursos entre eles, foram indicadas algumas áreas residuais que se articulam com os equipamentos existentes. Essas áreas disponíveis são como as brechas dentro da dinâmica já colocada, pois carregam em sua área livre o potencial para propostas não alinhadas à cidade neoliberal.

A escolha da área para aproximação projetual portanto, se deu ao perceber a área residual mais distante do ponto de cultura mais próximo, e portanto uma área de interesse para o desenvolvimento de um ponto de cultura e resistência, à medida que atende a população do entorno, a qual se mostra numa situação de vulnerabilidade social.

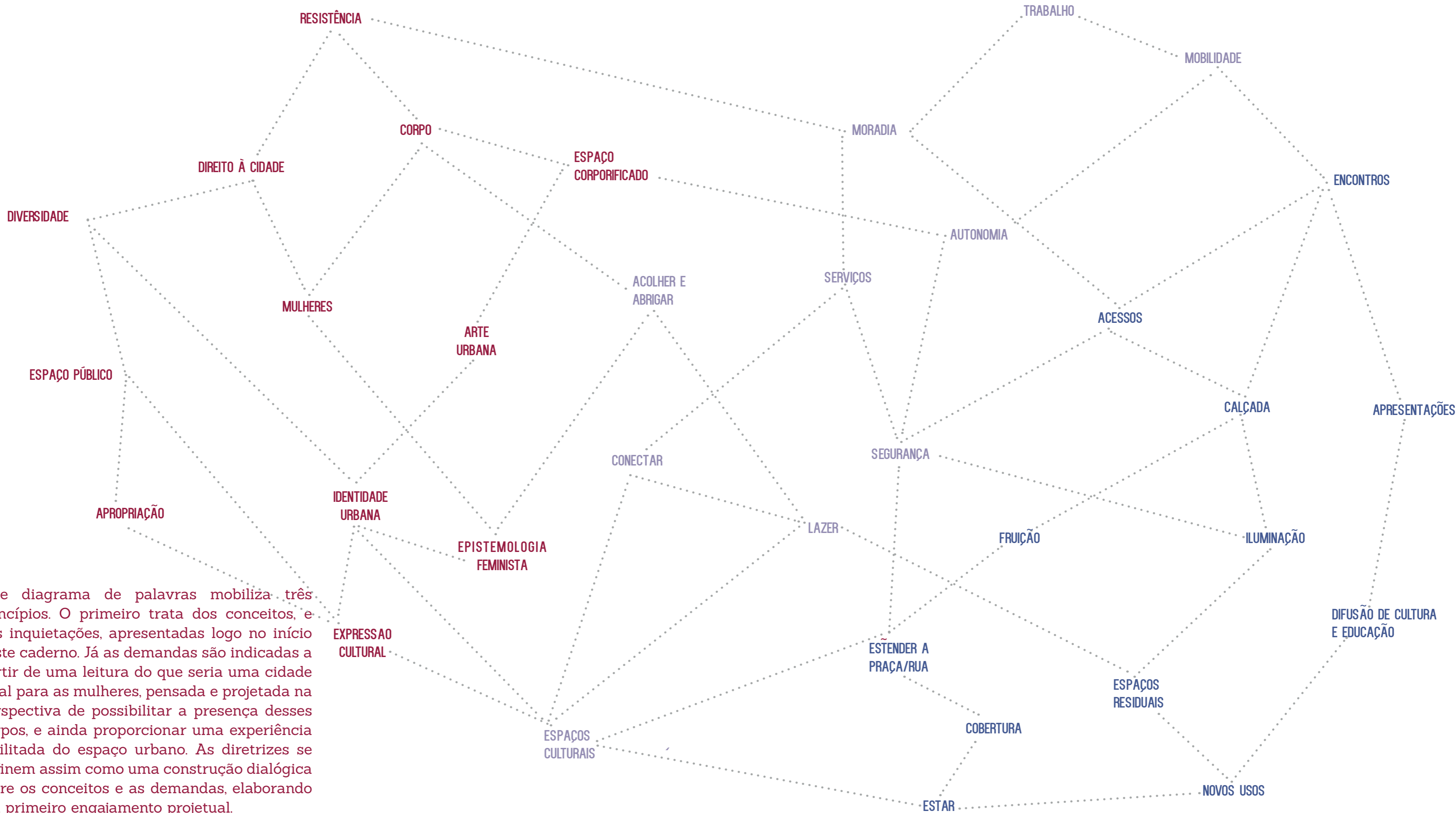
- equipamento de educação
- equipamento de saúde



- áreas residuais
- espaços de cultura



○ PROJETO



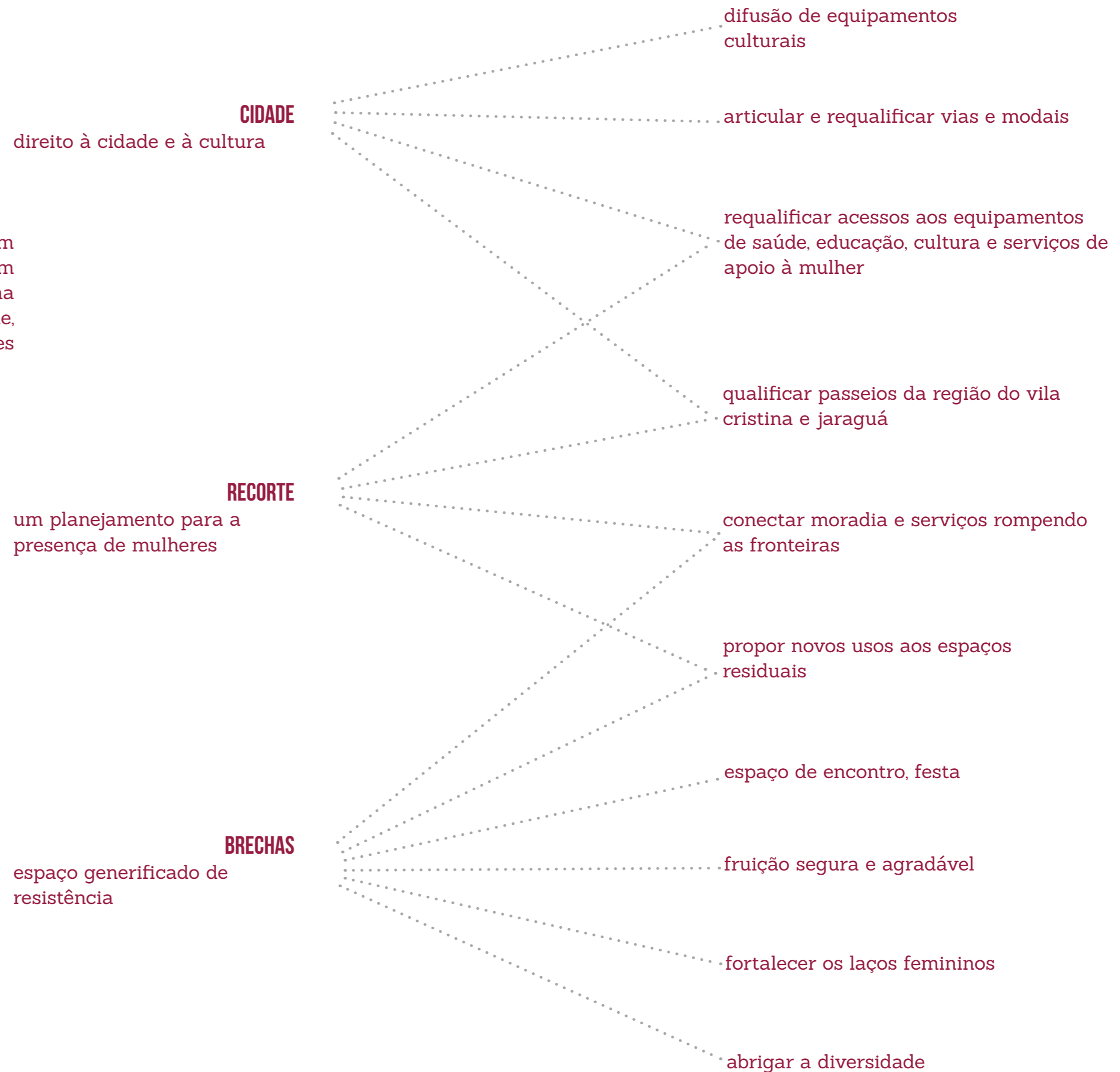
Este diagrama de palavras mobiliza três princípios. O primeiro trata dos conceitos, e das inquietações, apresentadas logo no início deste caderno. Já as demandas são indicadas a partir de uma leitura do que seria uma cidade ideal para as mulheres, pensada e projetada na perspectiva de possibilitar a presença desses corpos, e ainda proporcionar uma experiência facilitada do espaço urbano. As diretrizes se definem assim como uma construção dialógica entre os conceitos e as demandas, elaborando um primeiro engajamento projetual.

DIRETRIZES PROJETUAIS

A partir do diagrama de ideias, conceitos e demandas, foram estabelecidos princípios projetuais mais objetivos pensados em diferentes escalas, pois embora o projeto se materialize numa pequena intervenção, sua proposta está apoiada numa nova visão de cidade, onde os espaços públicos e o direito a cidade é exercido por diferentes corpos que ocupam o tecido urbano.

Desse modo o projeto se propõe a qualificar uma área residual da cidade, articulando-a aos equipamentos já disponíveis no entorno, indicando novos usos que dêem protagonismo às mulheres da comunidade, e que ao mesmo tempo permitam uma livre apropriação do espaço público.

A proposta busca contribuir com a difusão da cultura local, possibilitar o estreitamento dos laços entre os moradores da comunidade, e garantir uma fruição mais segura e agradável à diversidade de corpos que vierem apropriar-se desse espaço.



A partir desses princípios projetuais foram pensados alguns verbos como forma de entender as atividades possíveis. Estes verbos e ações não são, contudo, a imposição de um programa fechado que se encerra em si mesmo, mas são uma forma de propor uma diversidade de usos e apropriações, de modo a garantir a presença constante de pessoas, que estejam ali por motivos e horários diferentes.

FESTEJAR

encontro
festa

Para o verbo festejar foi pensado um espaço de teatro de arena, dada a versatilidade de seu uso, seu simbolismo democrático, e sua permeabilidade em espaços de fruição um espaço capaz de acomodar os moradores da comunidade em eventos comemorativos, festas do bairro e demais eventos culturais da cidade.

Ainda neste verbo foi idealizada uma cozinha coletiva. Dentro do ambiente doméstico a cozinha é o local de encontro do grupo residente, é onde os moradores se sentam à mesa para nutrir seu corpo, e também onde nutrem os afetos, um espaço de fortalecimento de laços e afetos, sendo um ponto de encontro onde se dão trocas de saberes, histórias e experiências.

APRENDER

CRIAR E

DEBATER

fortalecer os laços
femininos

Em aprender e debater foram idealizados espaços de aprendizado, de troca, de potencializar os saberes, a fim de dar suporte à espaços de exposições, oficinas e demais contextos pedagógicos.

De acordo com Paulo Freire a construção dos saberes, o rompimento da ignorância, é um processo dialógico pautado numa relação de confiança, companheirismo, humildade e amor. É uma troca onde educador e educando estão no mesmo lugar enxergando no outro a si mesmo. Por esse motivo espaços que dão suporte para essas trocas, para essas relações fortalecidas na identidade e na confiança, são um contraponto à lógica neoliberal individualista.

BRINCAR E

APOIAR

abrigar a
diversidade

Foram previstos espaços lúdicos para crianças, na tentativa de contemplar uma diversidade de pessoas, e principalmente de mulheres, propor ambientes para as crianças, visto que muitas mulheres estão imersas no contexto da maternidade como mães solo e quando se deslocam para alguma atividade esta criança irá acompanhá-la.

Outro ponto importante é a questão dos sanitários públicos, importante não só para as mulheres, mas para todos aqueles que transitam pelo espaço público, no caminho de casa, da escola, do posto de saúde. É uma pequena infraestrutura de apoio, mas que faz toda a diferença no contexto de parques e praças, por exemplo.

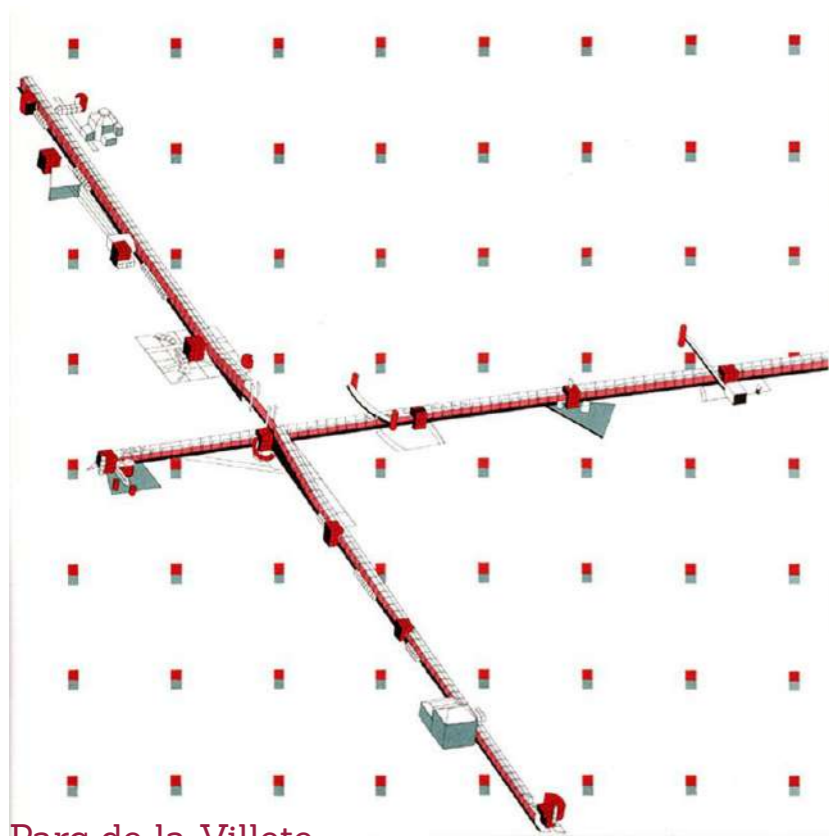
ESTAR E

ACOLHER

fruição segura e
agradável

Para os momentos de contemplação, de espera, e de estar, é bem-vinda uma área de cobertura e de bancos. Pensando em acolher a multiplicidade de corpos que podem adentrar o espaço, quer estejam de passagem ou utilizando outras infraestruturas disponíveis, é interessante pensar uma estrutura que atenda às demandas do local mas que ao mesmo tempo se abre a outros usos, outros modos de estar, preocupando-se também em oferecer suporte à uma fruição segura e agradável.

REFERÊNCIAS PROJETUAIS



Parc de la Villette,
Bernard Tchumi,
Paris, França



Parque da Juventude,
Rosa Kliass,
São Paulo, Brasil



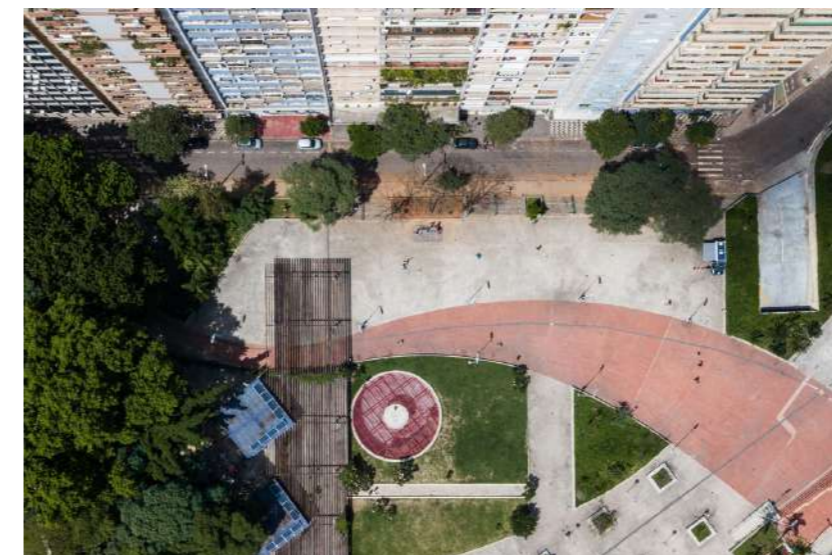
Eco Industrial Park,
Lab Pro Fab,
Caracas, Venezuela



Parque Madureira,
Ruy Rezende Arquitetos,
Rio de Janeiro, Brasil



Parque da juventude,
Rosa Kliass,
São Paulo, Brasil



Praça Roosevelt,
Borelli & Merigo,
São Paulo, Brasil



Vale do Anhangabaú,
Rosa Kliass,
São Paulo, Brasil



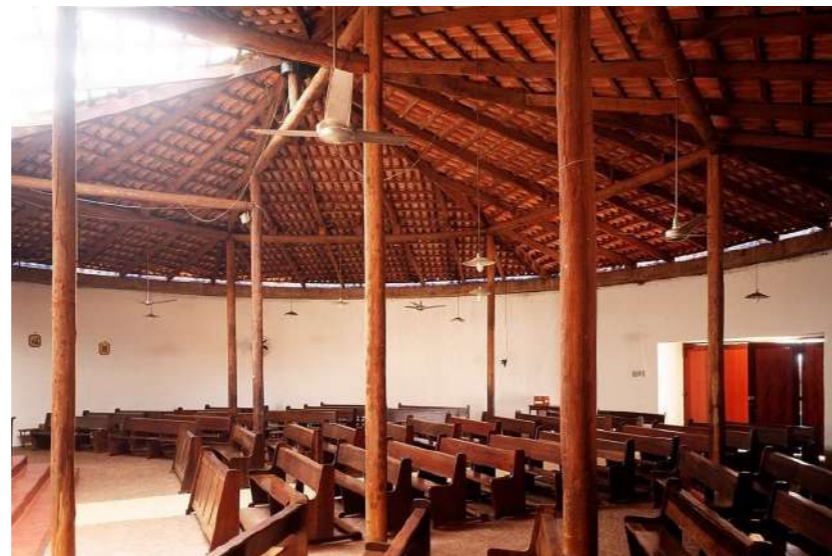
Ladeira da Barroquinha,
Metro Arquitetos,
Salvador, Brasil



Vale do Anhangabaú,
Rosa Kliass,
São Paulo, Brasil



Igreja Espírito Santo do Cerrado,
Lina bo Bardi,
Uberlândia, Brasil



Igreja Espírito Santo do Cerrado,
Lina bo Bardi,
Uberlândia, Brasil



Serpentine Pavilion 2017,
Kéré Architecture
Londres, Reino Unido



Tapis Houge,
EVA Studio,
Porto príncipe, Haiti



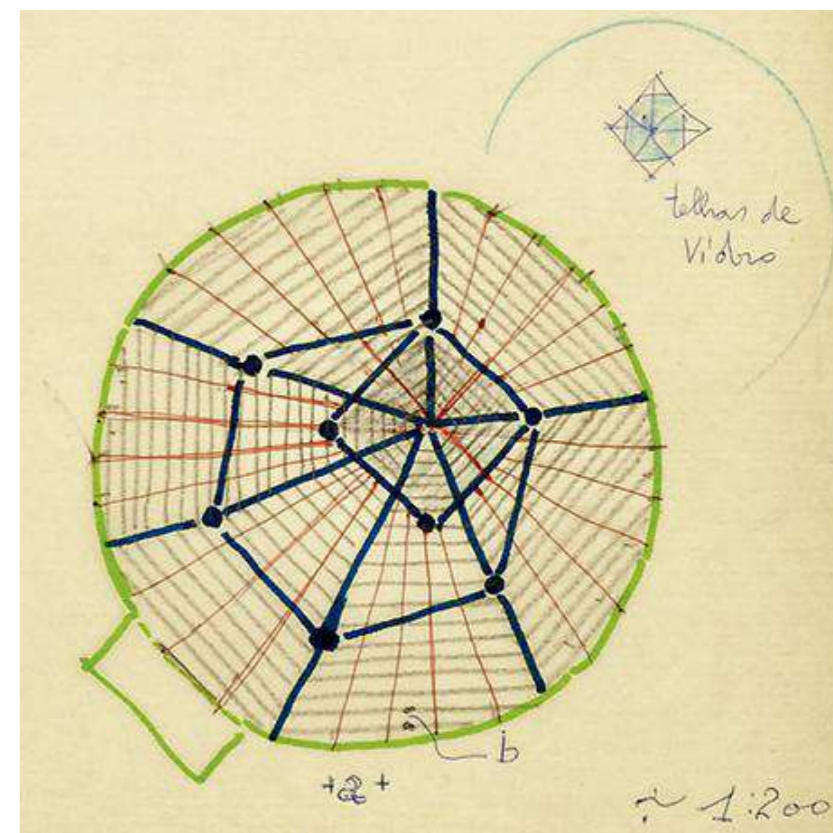
Ocupação Conexidade,
Estúdio Chão,
Rio de Janeiro, Brasil



Ocupação Conexidade,
Estúdio Chão,
Rio de Janeiro, Brasil



Pavilhão do Brasil,
Atelier Marko Brajovic, Studio Arthur Casas,
Milão, Itália



Igreja Espírito Santo do Cerrado,
Lina bo Bardi,
Uberlândia, Brasil



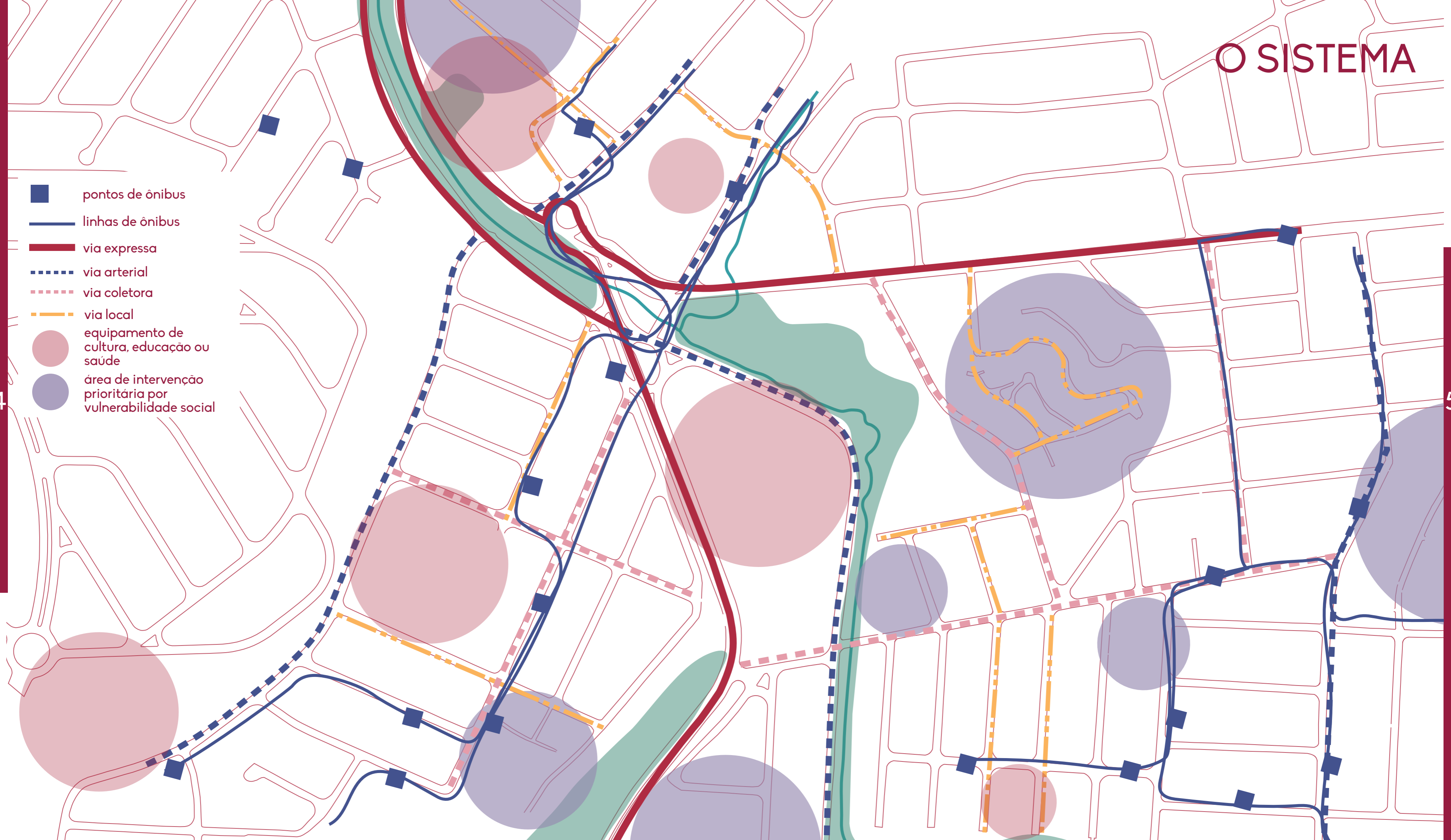
Parque Bicentenário,
Elemental,
Santiago, Chile



Jardim das Pitangueiras,
Base Urbana,
Maraú, Brasil

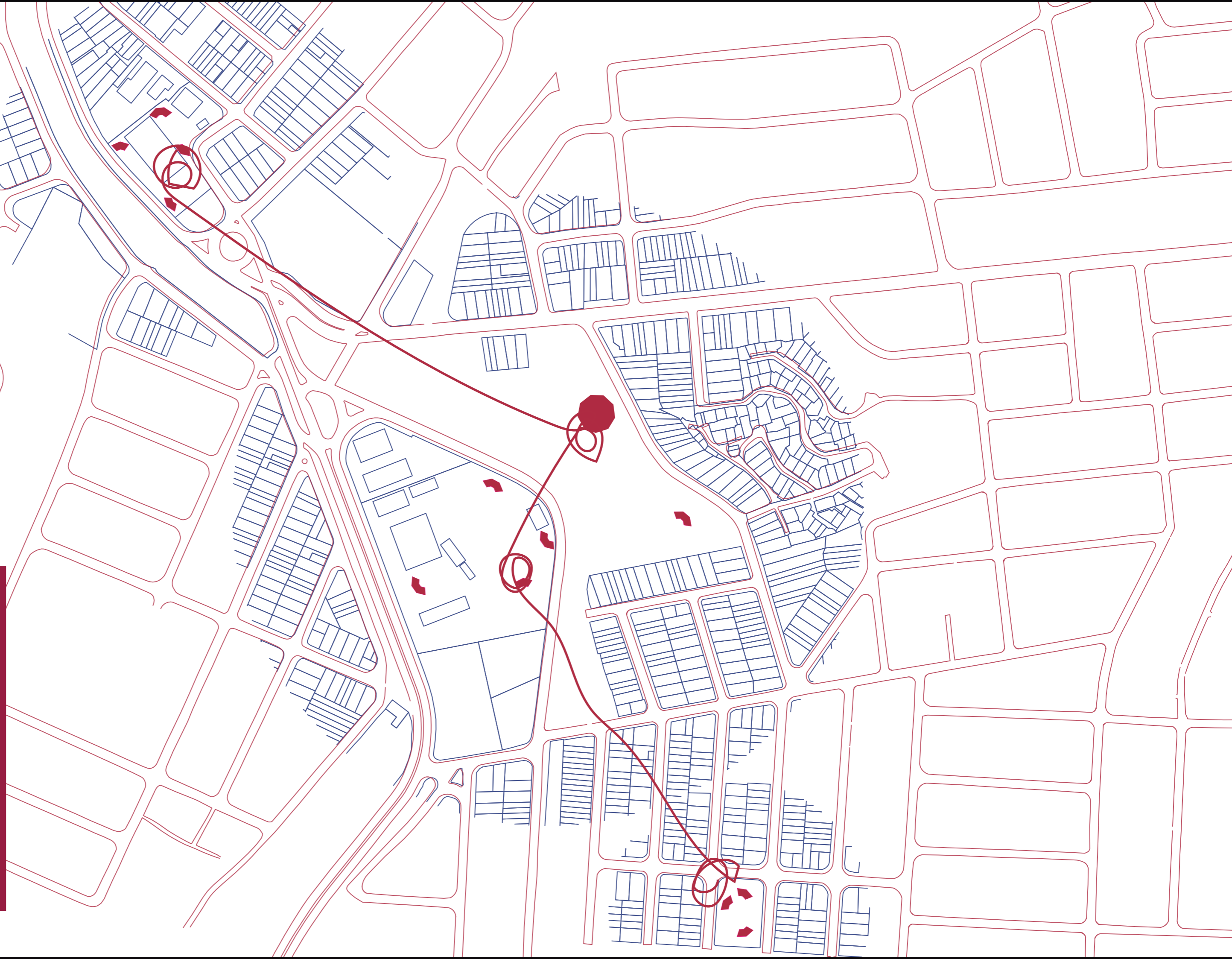
REFERÊNCIAS PROJETUAIS

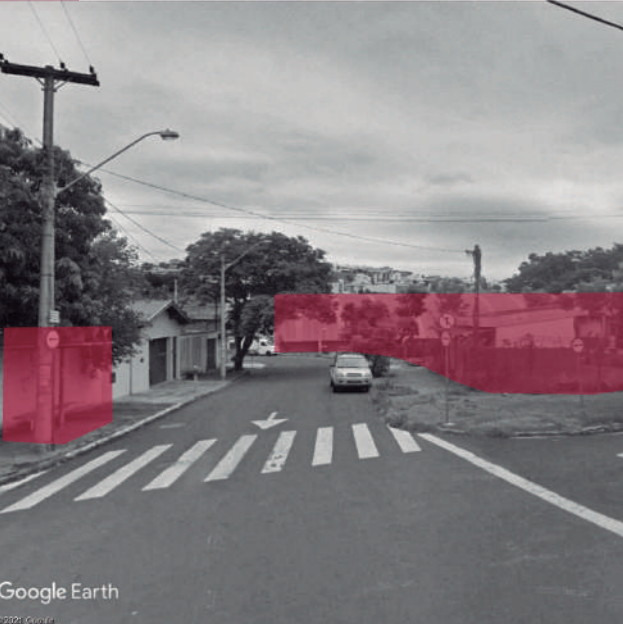
- pontos de ônibus
- linhas de ônibus
- via expressa
- - - - - via arterial
- · - · - via coletora
- - - - - via local
- equipamento de cultura, educação ou saúde
- área de intervenção prioritária por vulnerabilidade social



A partir de uma leitura mais aproximada da área de projeto, e cruzando as informações levantadas viu-se a potencialidade de estabelecer um sistema de espaços públicos, que estabeleçam entre si a mesma identidade, valorizando os usos pré-existentes e garantindo à população do entorno a disponibilidade de um espaço público qualificado.

Em cada um dos nós do sistema há pré-existências que, de acordo com as intenções de projeto foram potencializadas ou requalificadas, a fim de reestruturar espaços antes fragmentados e oferecer suporte às atividades em curso.





os nós
espaços institucionais de esporte, e educação



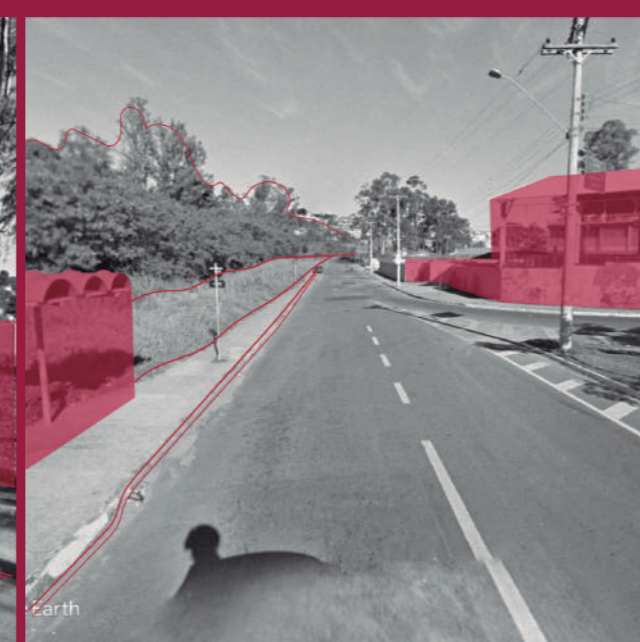
o movimento
travessias que privilegiam
o carro



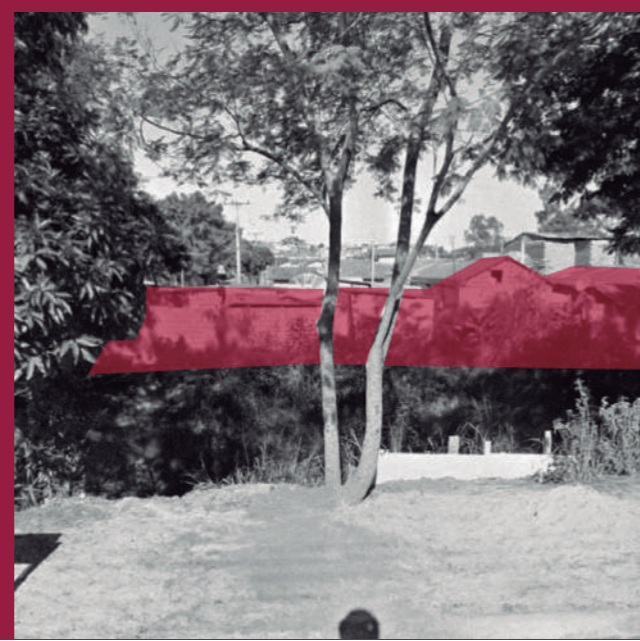
potencialidades
área residual com vista para os bairros vizinhos



conectar acessos
fruição mais segura



andar e descobrir
caminhos sinuosos



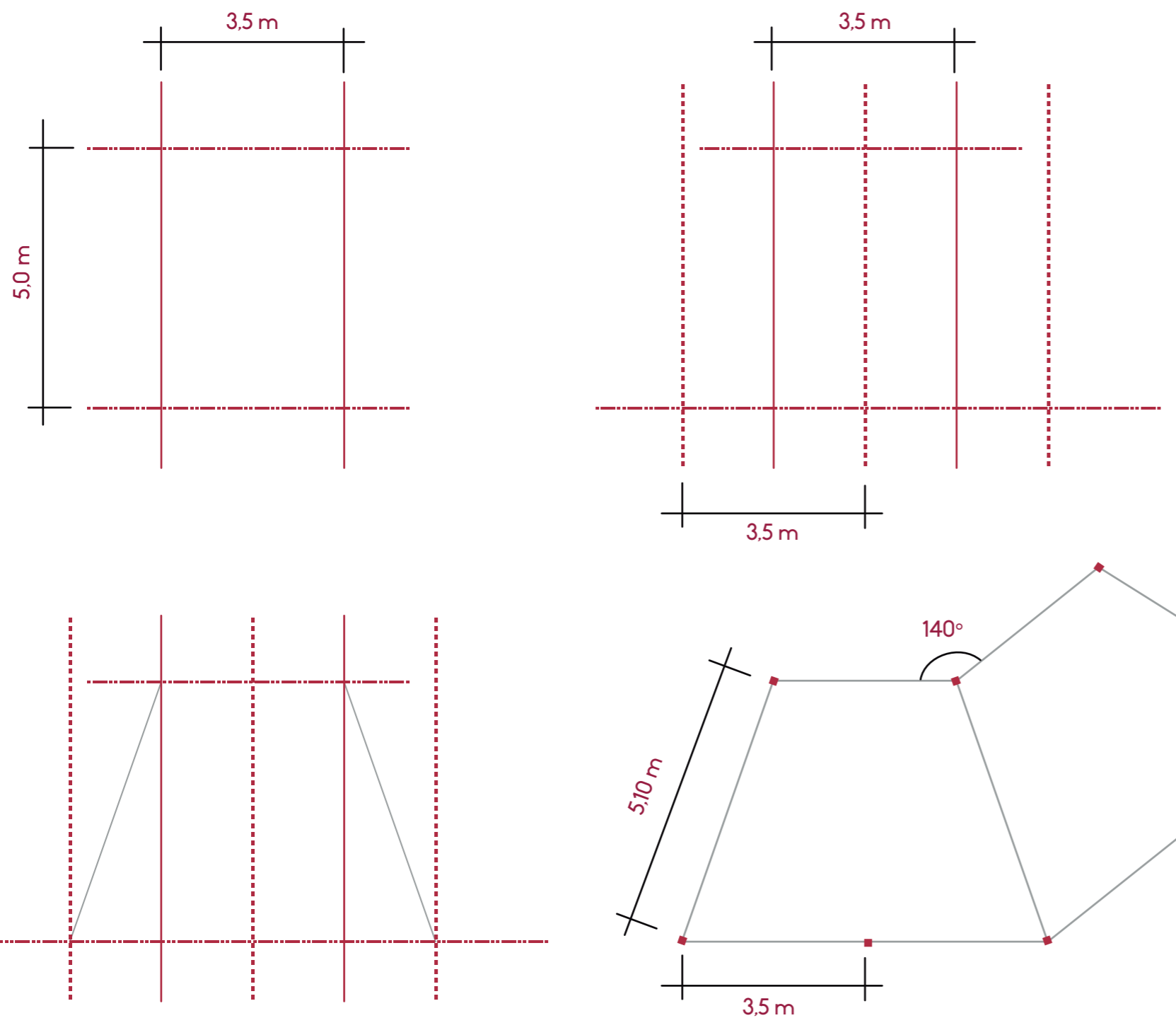
o rio como barreira
romper limites, conectar



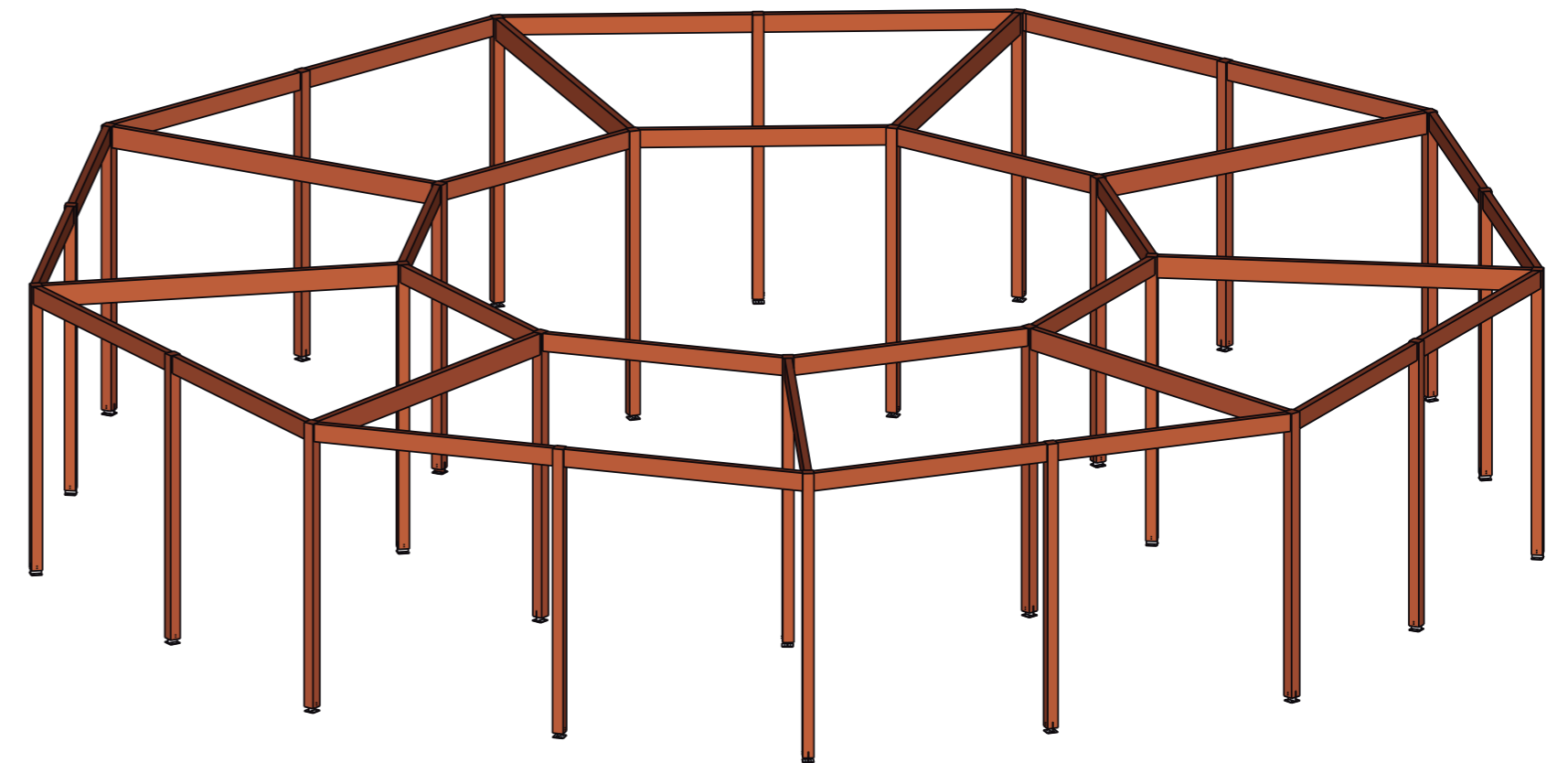
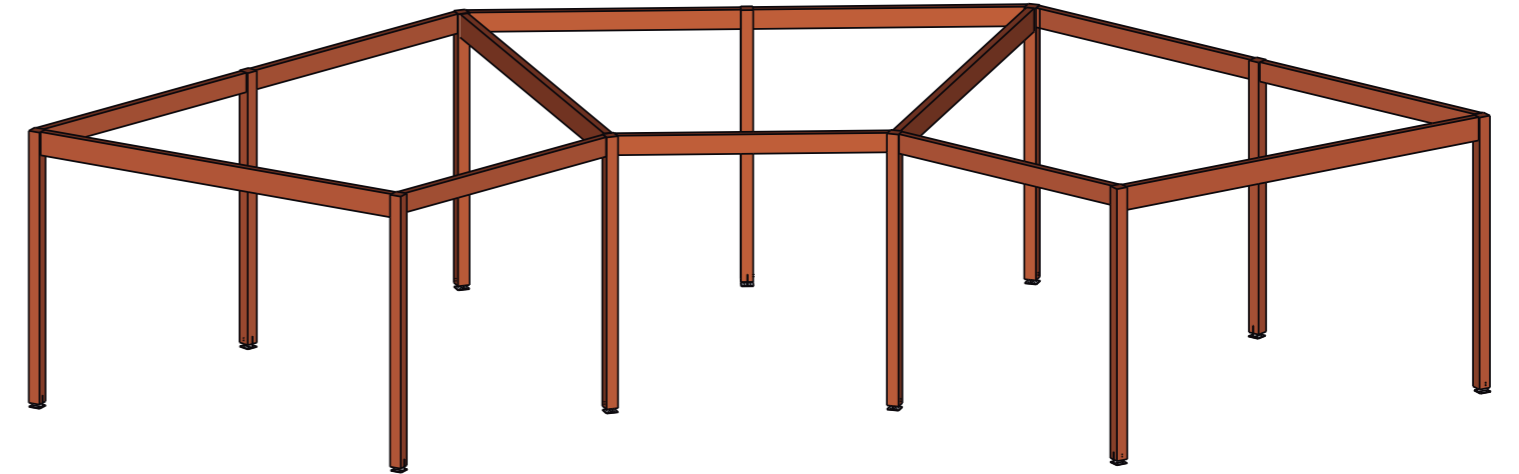
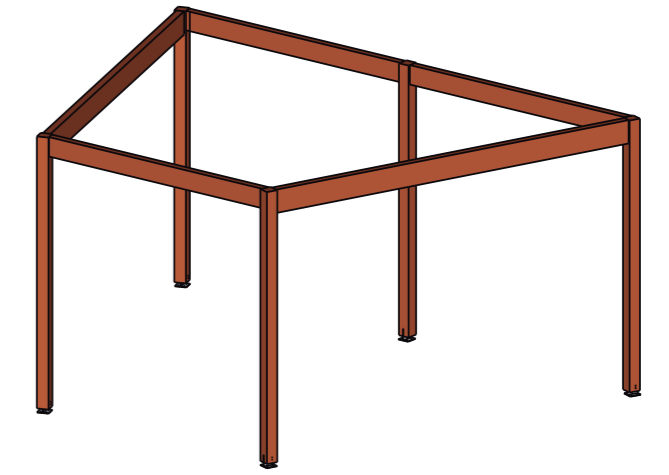
explorar
brincar com o existente

Os módulos foram pensados como estruturas que lidem mais diretamente com a escala do corpo, e que ao mesmo tempo tragam identidade aos espaços públicos, de modo a elucidar o sistema proposto. A escolha do módulo como estrutura replicável e adaptável é uma forma de dar protagonismo ao usuário, aos cidadãos e prever espaços que atendam as demandas e necessidades locais, e que não imponham um program ou uso.

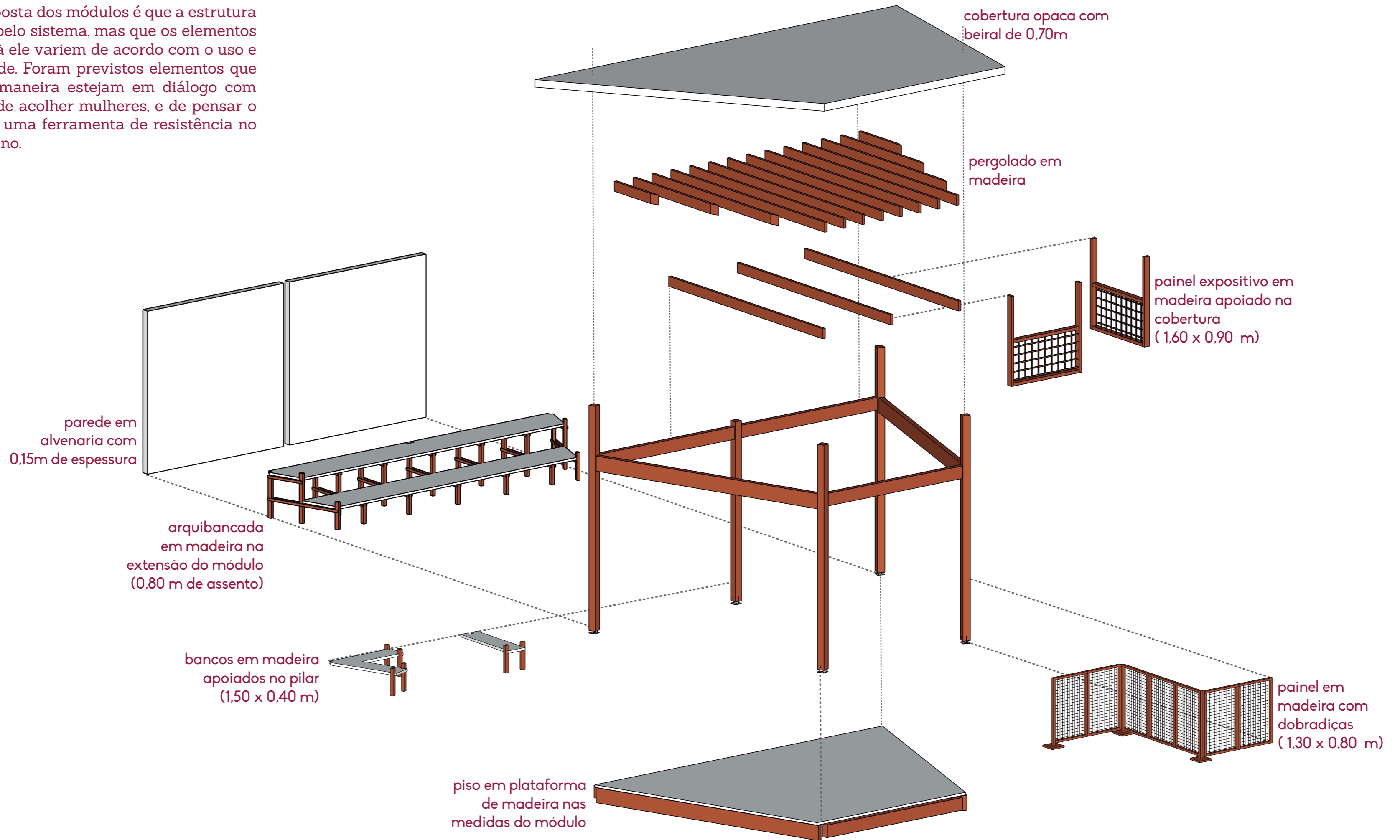
A estrutura foi desenvolvida numa grelha de pilares e vigas em madeira. Há dois tipos de viga e um único pilar. As vigas do vão de 3,5m têm secção transversal de 25cm x 10cm. Já as vigas para o vão de 5,10m têm secção transversal de 30cm x 10cm. Os pilares por sua vez são todos de secção quadrada de 15cm x 15cm. A conexão desse sistema de pilares e vigas é bastante simples, e se dá por meio de perfuração com chapas metálicas.



O MÓDULO





A proposta dos módulos é que a estrutura se replique pelo sistema, mas que os elementos associados à ele variem de acordo com o uso e a necessidade. Foram previstos elementos que de alguma maneira estejam em diálogo com a proposta de acolher mulheres, e de pensar o corpo como uma ferramenta de resistência no espaço urbano.

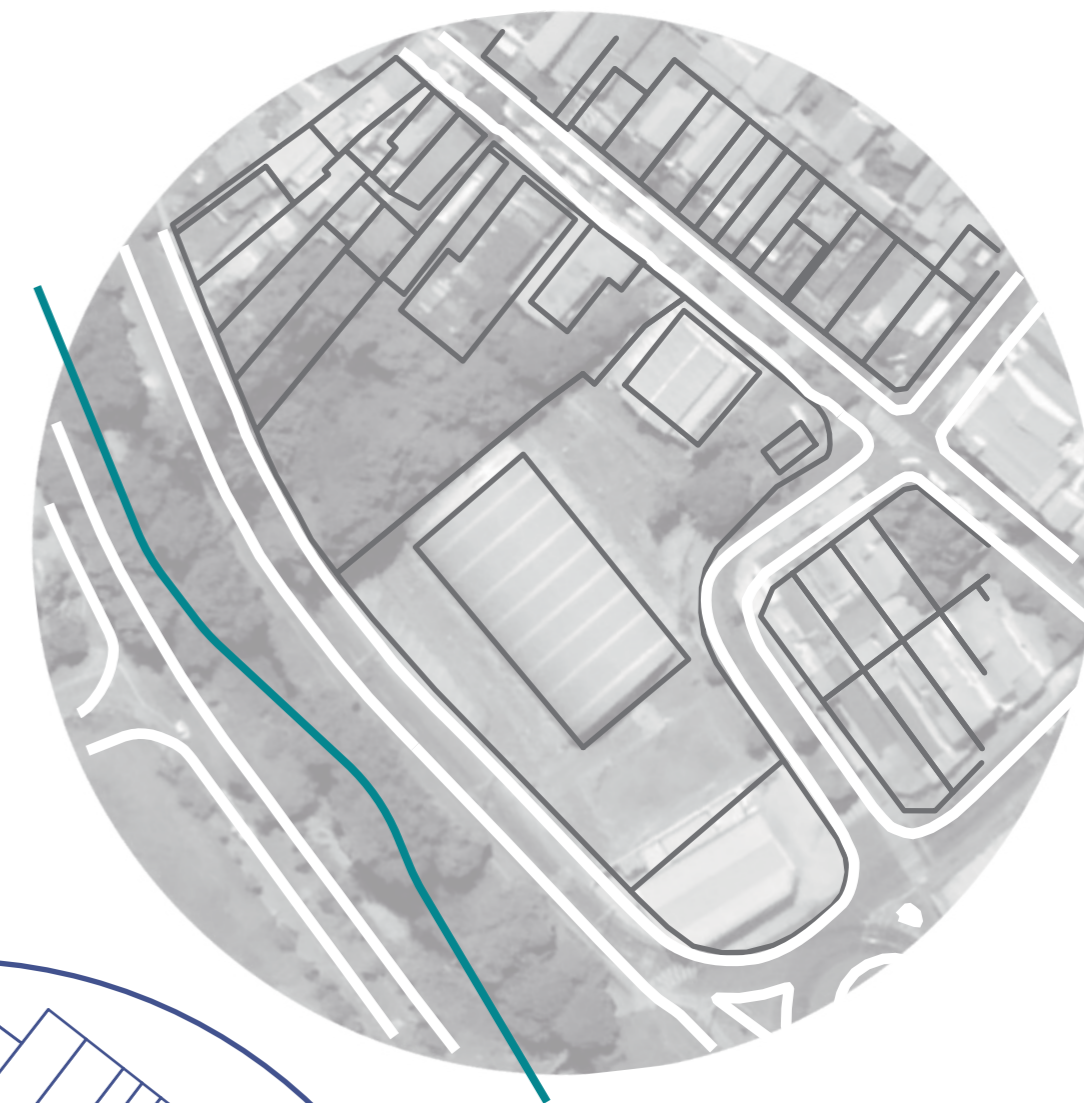
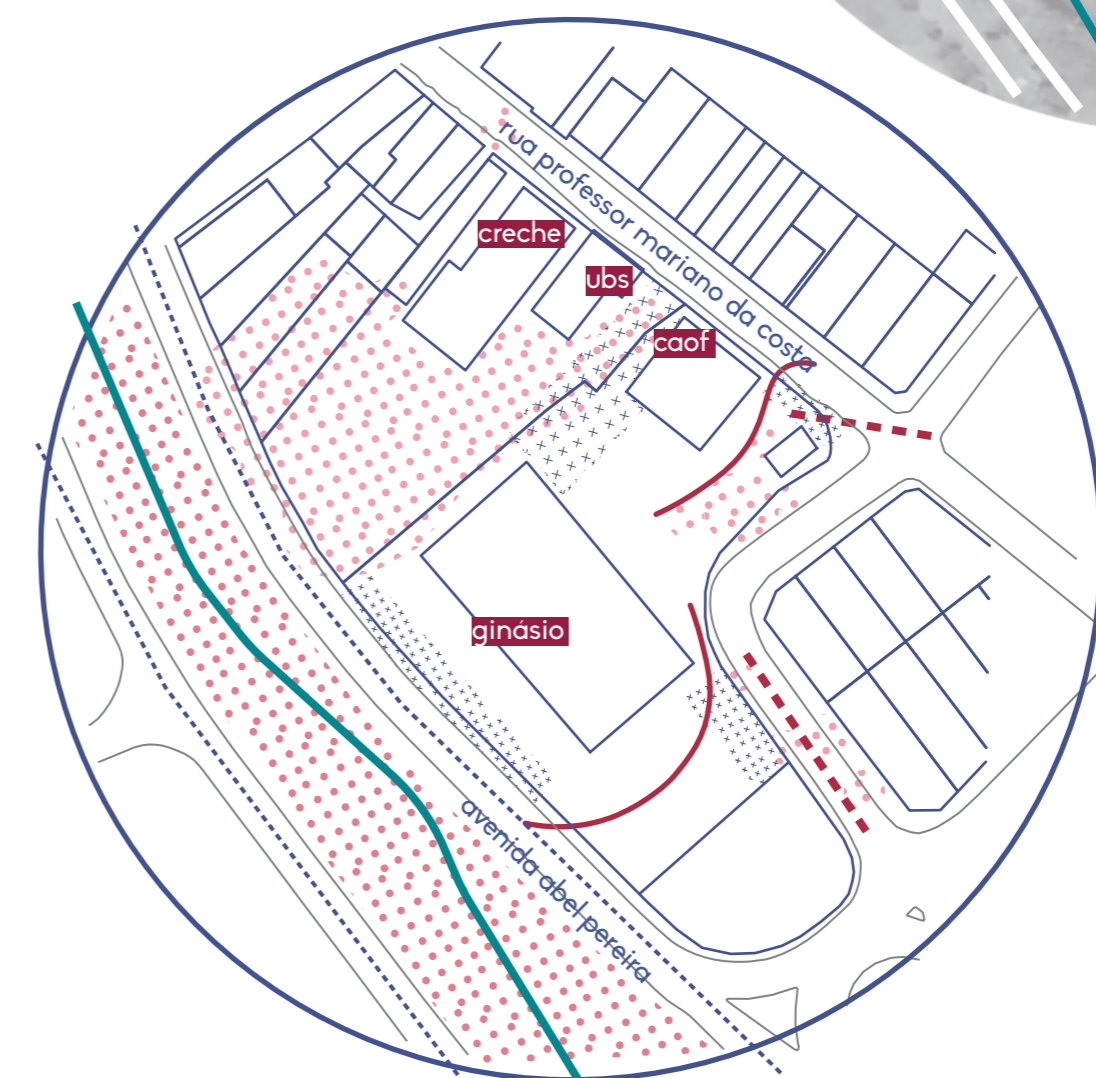


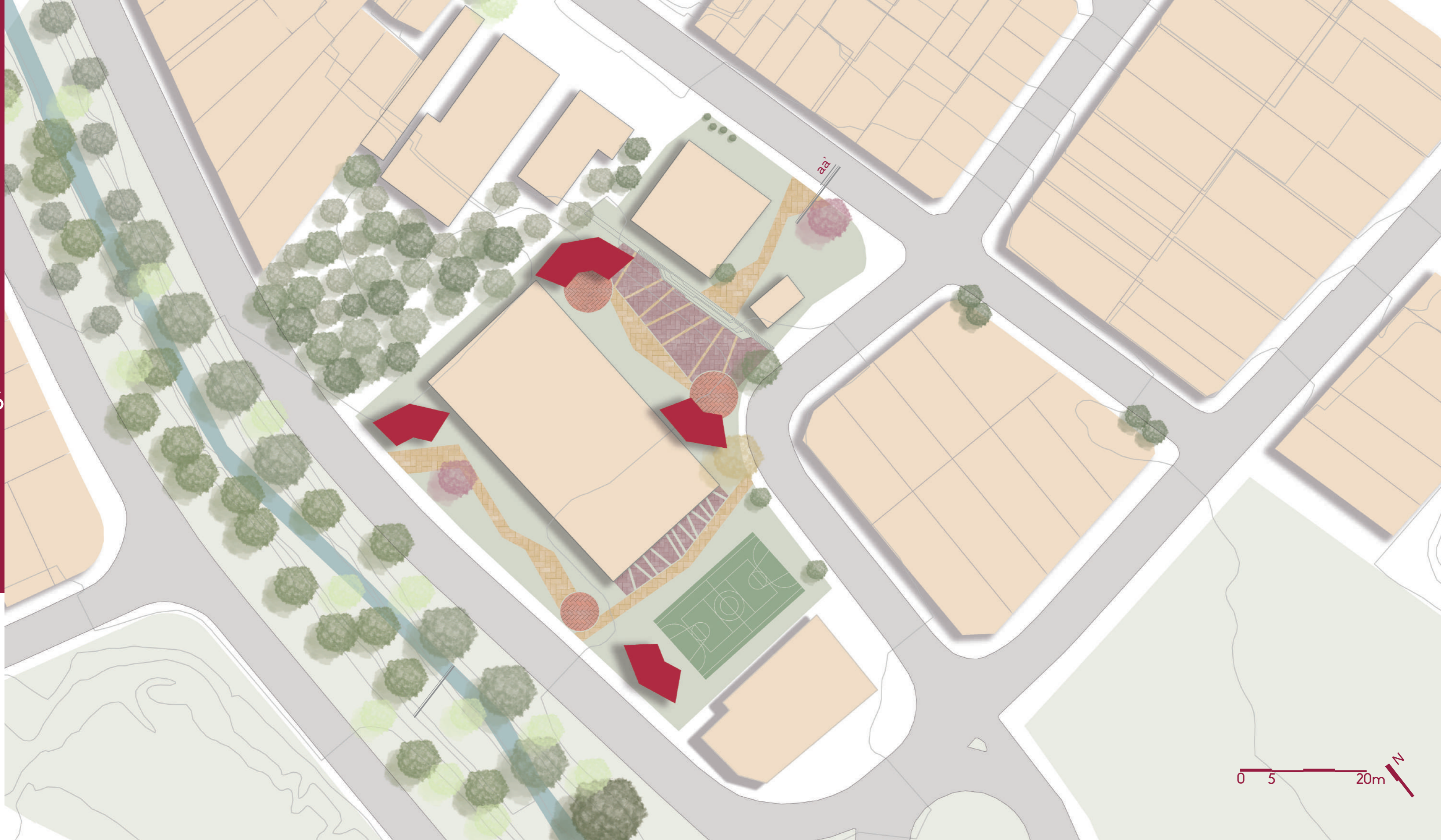
6 APRENDER E DEBATER

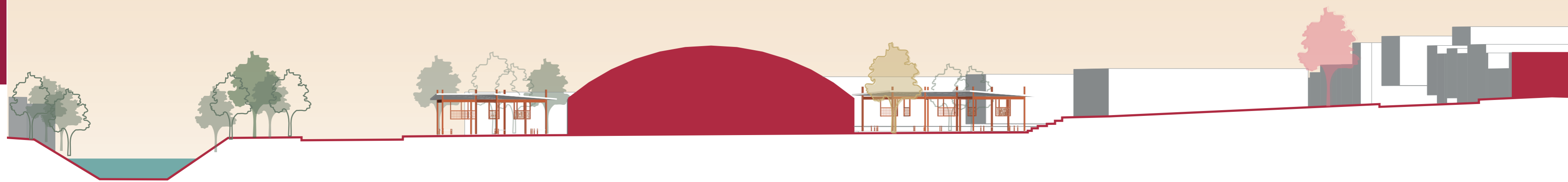
A primeira área de aproximação e intervenção foi guiada pelos verbos “Aprender e debater”. Nesta área há alguns lotes institucionais, sendo eles a creche municipal Prof.^a Maria Conceição Polizel Mendes, a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Jaraguá, o Centro de Artes e Ofícios (CAOF) do Jaraguá, todos com acesso pela Rua Professor Mariano da Costa, e um ginásio esportivo com acesso pela Avenida Abel Francisco Pereira. Nesta área percebe-se pouca ou nenhuma conexão entre os espaços institucionais colocados, muito embora tratem-se de lotes vizinhos com acessos próximos. É importante ressaltar que o CAOF Jaraguá é um espaço coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) em parceria com o Centro Social de Assistência e Cultura São José (Cesac). A proposta do CAOF é oferecer atividades que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico, o lazer e a melhora na qualidade de vida. O público-alvo do serviço é, prioritariamente, os beneficiários dos programas de Transferência de Renda com idade acima de 16 anos.

Tendo isso em mente, o diagrama de fluxos parte da proposta de conectar os equipamentos disponíveis, de modo a caracterizar o espaço público e oferecer um espaço que possibilite o aprendizado e o debate de forma coletiva, conjunta, sem necessariamente anular as pré-existências, mas considerando-as como ponto de partida para o projeto.

-  vegetação existente
-  eixo de circulação
-  acessos
-  Ribeirão do Enxofre
-  conectar / romper limites







0 5 20m corte aa'


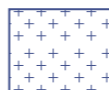


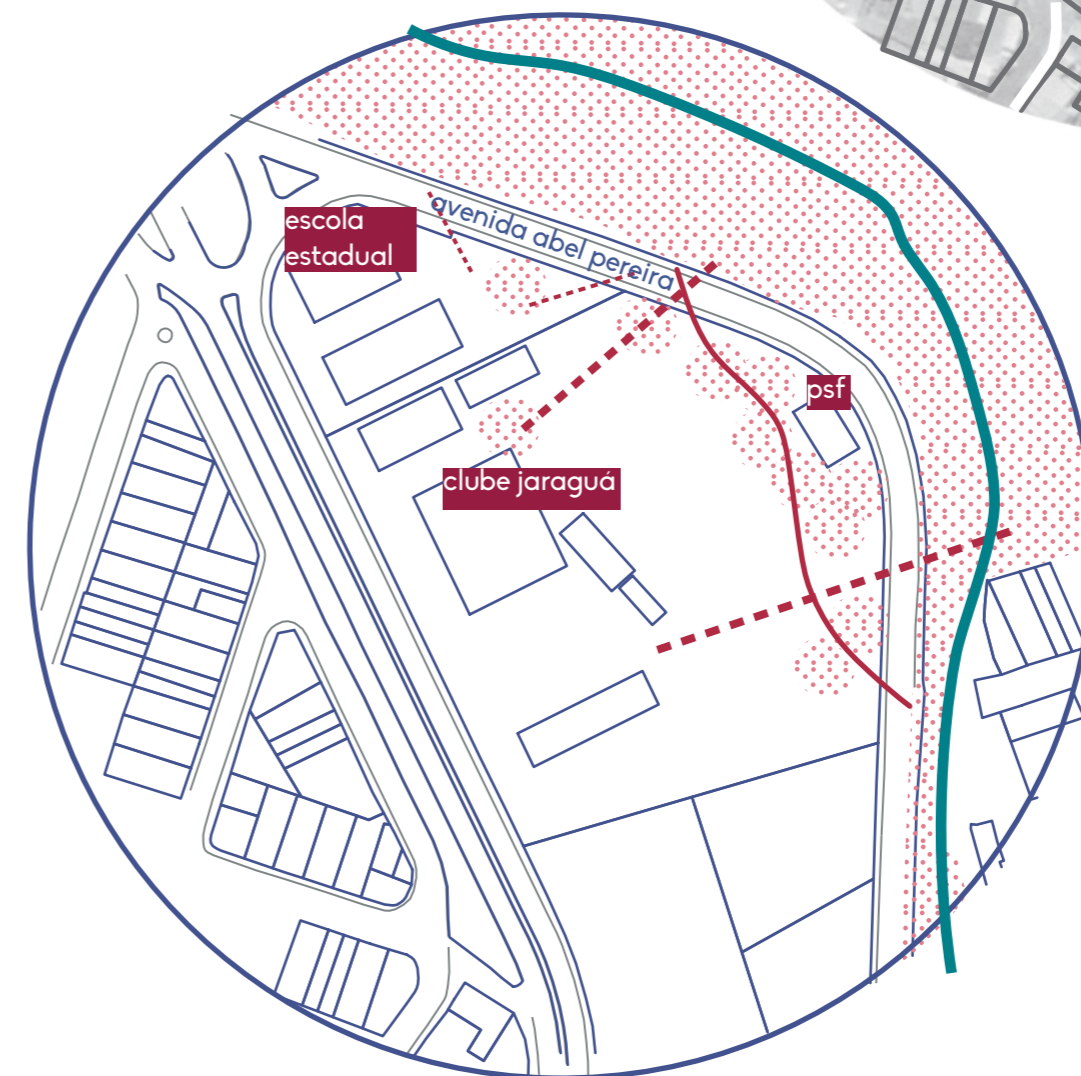
Já a segunda área de aproximação e intervenção foi guiada pelos verbos “Estar e Acolher”. Nesta área está localizada a Escola Estadual Prof. Mellita Lobenwein Brasiliense, o Jaraguá Futebol Clube, e o Programa de Saúde da Família (PSF) São José, todos com acesso pela Avenida Abel Francisco Pereira. Apesar do Clube Jaraguá não ser um equipamentos de uso público, é um espaço bastante utilizado pela comunidade e sua infraestrutura pode contemplar algumas variedades esportivas que necessitem de campo ou quadra. Além disso, o clube conta ainda com banheiros, vestiários e uma extensa área livre com potencial de qualificação. Já o PSF oferece serviços de clínico geral e de outras especialidades, e localiza-se bem na frente do clube, com um lote de acesso direto pela avenida. Ainda nesta área há o Ribeirão do Enxofre, que por sua vez acaba por estabelecer uma área de APP bastante densa, com um passeio pouco qualificado.

A densa massa arbórea, somada à pouca iluminação pública, calçadas estreitas e esburacadas, e a ausência de espaços públicos qualificados, acaba por gerar um ambiente pouco confortável especialmente às mulheres. Nesse sentido, a partir do diagrama de fluxos e da problemática apresentada é importante pensar na unificação dos espaços colocados, bem como caracterizar os acessos aos usos disponíveis, caracterizando o passeio na região.

ESTAR E ACOLHER



-  vegetação existente
-  eixo de circulação
-  acessos
-  Ribeirão do Enxofre
-  conectar / romper limites





bb'

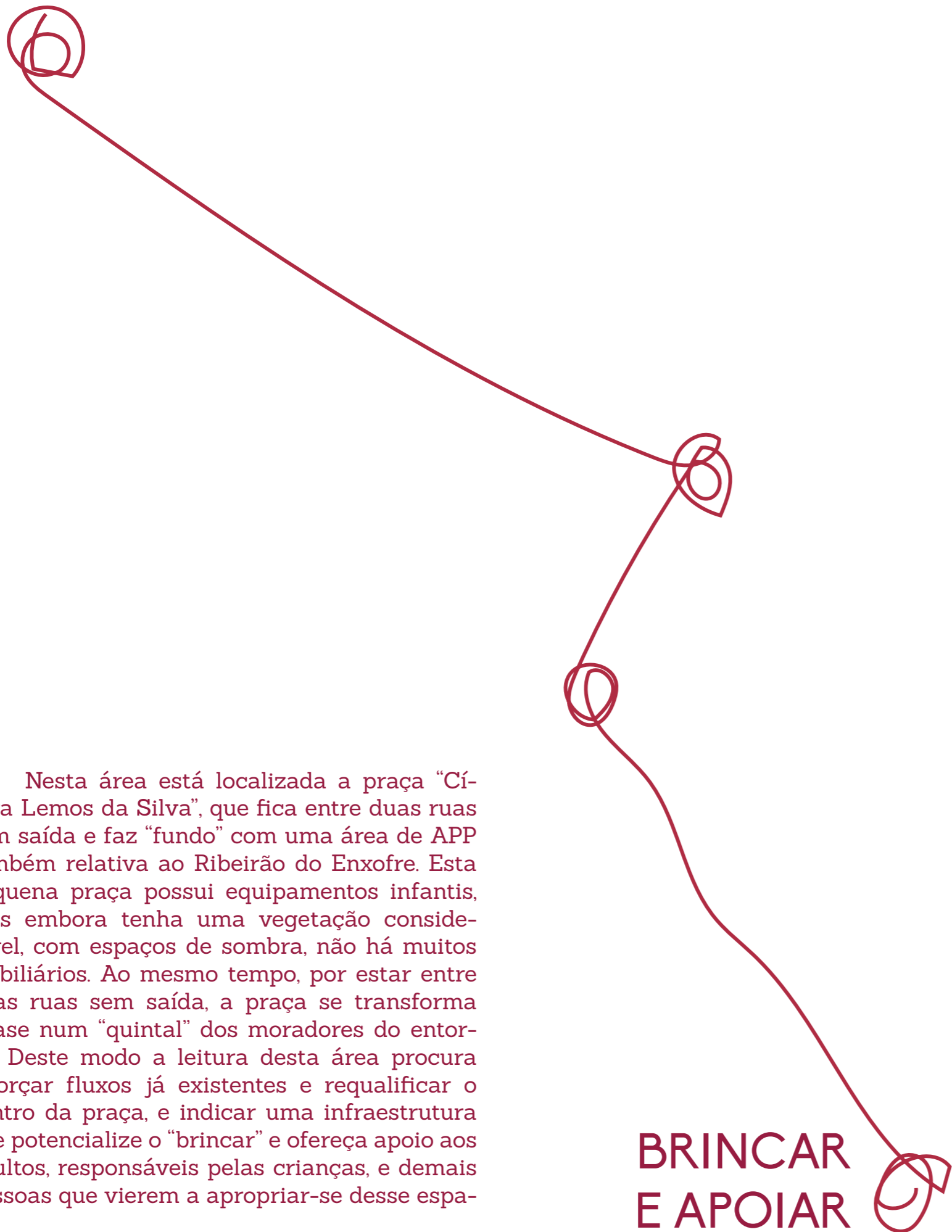


0 5 20m corte bb'

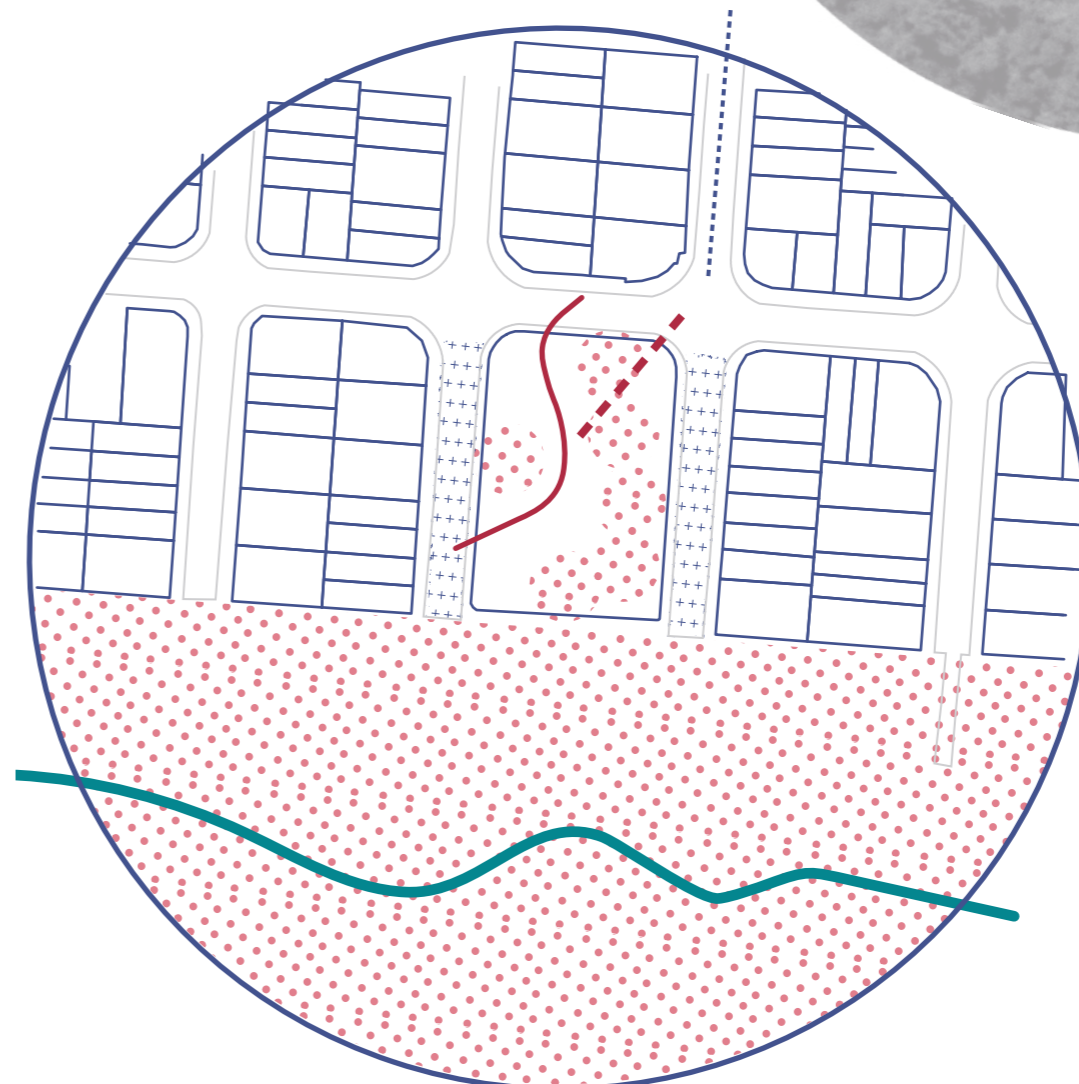
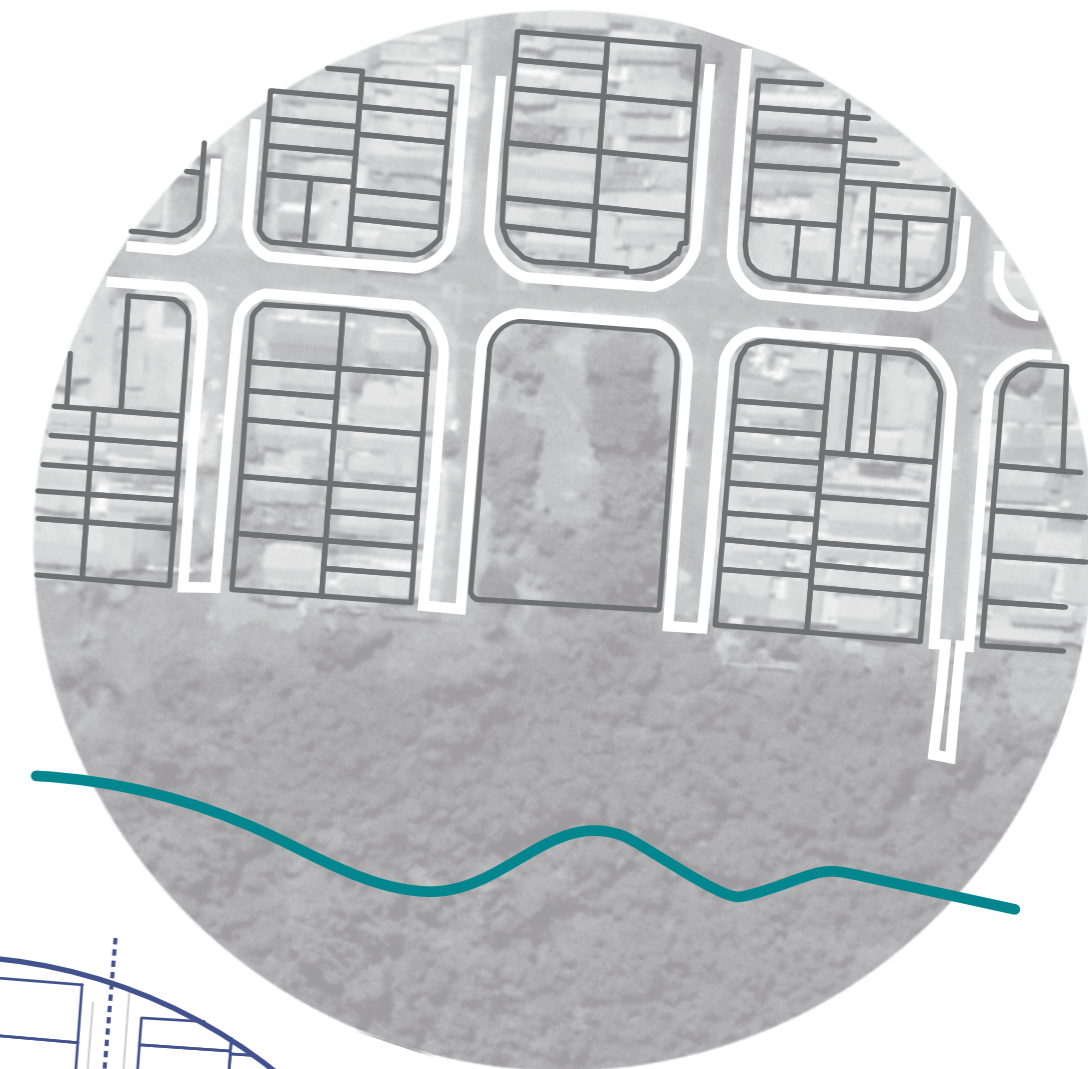


Nesta área está localizada a praça “Cícera Lemos da Silva”, que fica entre duas ruas sem saída e faz “fundo” com uma área de APP também relativa ao Ribeirão do Enxofre. Esta pequena praça possui equipamentos infantis, mas embora tenha uma vegetação considerável, com espaços de sombra, não há muitos mobiliários. Ao mesmo tempo, por estar entre duas ruas sem saída, a praça se transforma quase num “quintal” dos moradores do entorno. Deste modo a leitura desta área procura reforçar fluxos já existentes e requalificar o centro da praça, e indicar uma infraestrutura que potencialize o “brincar” e ofereça apoio aos adultos, responsáveis pelas crianças, e demais pessoas que vierem a apropriar-se desse espaço.

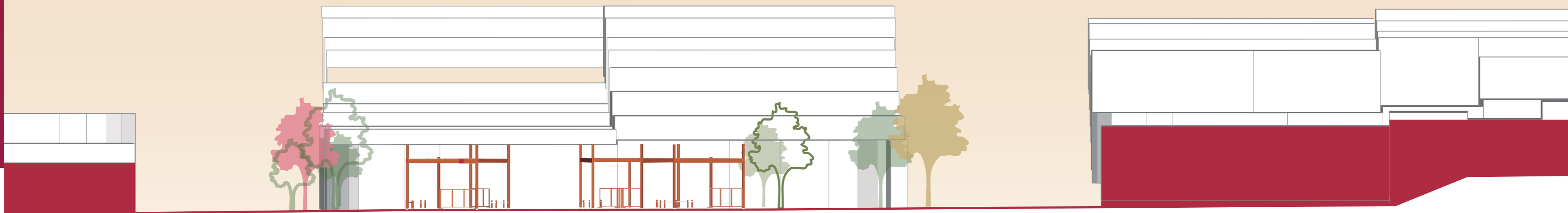
BRINCAR E APOIAR



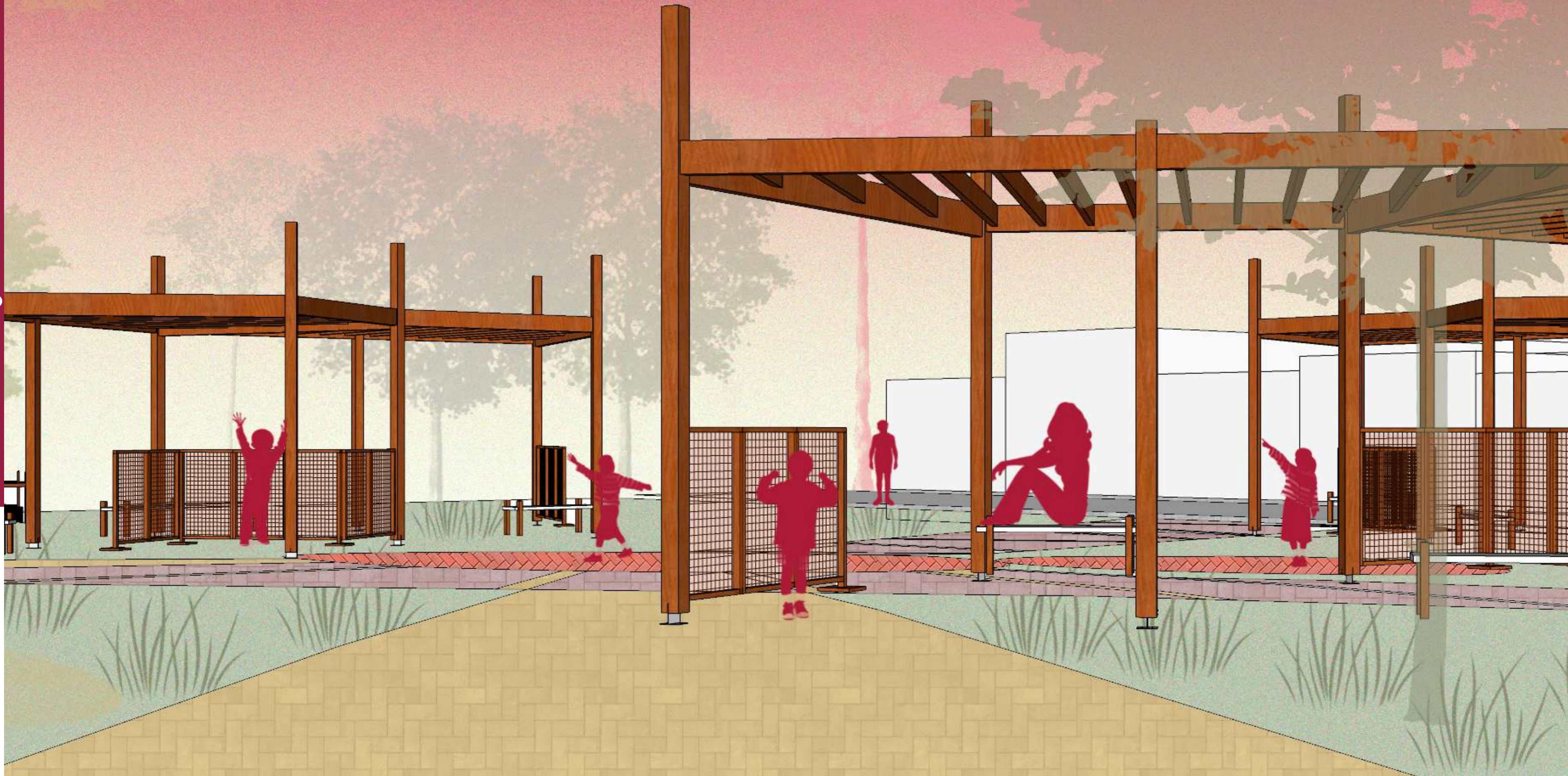
-  vegetação existente
-  eixo de circulação
-  acessos
-  Ribeirão do Enxofre
-  conectar / romper limites







0 5 20m corte cc'






A última área de intervenção caracteriza-se como uma área de lotes vazios, com acesso pela Avenida Raposo Tavares, e pela Avenida das Monções. O terreno é bastante íngreme, o que favorece a vista da paisagem, reforçado ainda pela presença da área de APP que constitui uma densa massa arbórea. Além disso, a área de calçada é pouco qualificada e fica “nas costas” de uma área de moradia bastante densa.

A Avenida das Monções conta com muitas casas, indicando assim o potencial de espaço público na área, a medida que é de fácil acesso para muitos moradores do bairro e a região carece de praças e parques. Além disso, a Avenida Raposo Tavares é uma das principais vias de conexão entre muitos bairros da região. Deste modo o estudo de fluxo se propôs a estabelecer um eixo de circulação considerando esses acessos, potencializando o “encontro” e, a partir do relevo, valorizando a paisagem. A ideia de “Festejar” nesta área, vem justamente da sua facilidade de acesso e por estar no “centro” do sistema proposto. Esta é a única intervenção onde não há um uso pré-existente, e por isso foi pensado um espaço de abrigo, de festa, de encontro, capaz de acolher a diversidade de corpos e práticas que adentrarem o espaço, reconhecendo assim um espaço público de uso coletivo, do corpo coletivo.

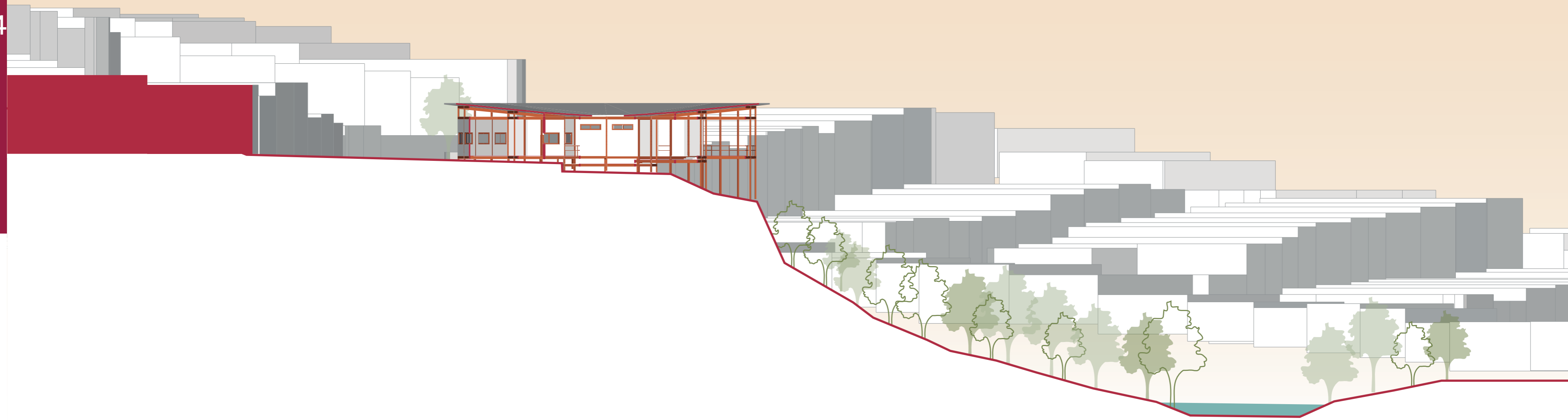
FESTEJAR



-  vegetação existente
-  eixo de circulação
-  acessos
-  Ribeirão do Enxofre
-  conectar / romper limites







0 5 20m corte dd'



0 5 20m corte ee'

O espaço da cozinha coletiva foi pensado de forma integrada à arena. Tendo em mente o “festejar” como uma ação diversa, tanto a cozinha como a arena se constituem num mesmo ambiente a fim de integrar as possibilidades de ações e eventos. Isto só foi possível a partir da forma e da estrutura dos módulos que possibilitaram uma resolução em planta bastante específica e que confere o caráter do círculo, da roda, do encontro no centro.

De acordo com a modulação proposta, o espaço se resolve em 9 módulos de trapézio, como mostra a estrutura ao lado. Para caracterizar o espaço de arena foi proposto um desnível dos pisos, constituindo patamares diferentes que contribuem para a organização de apresentações, e reforçam a ideia do centro, do palco-encontro.

Outro elemento que reforça essa ideia é a própria cobertura. O centro se abre para iluminação natural e para a água da chuva, configurando um compluvium. Essa proposta traz para o centro a luz, e a água, que no contexto da área de intervenção se encaixa como um corpo invisibilizado, à medida que o Ribeirão do Enxofre, por exemplo, não pertence ao imaginário da região, embora esteja ali.

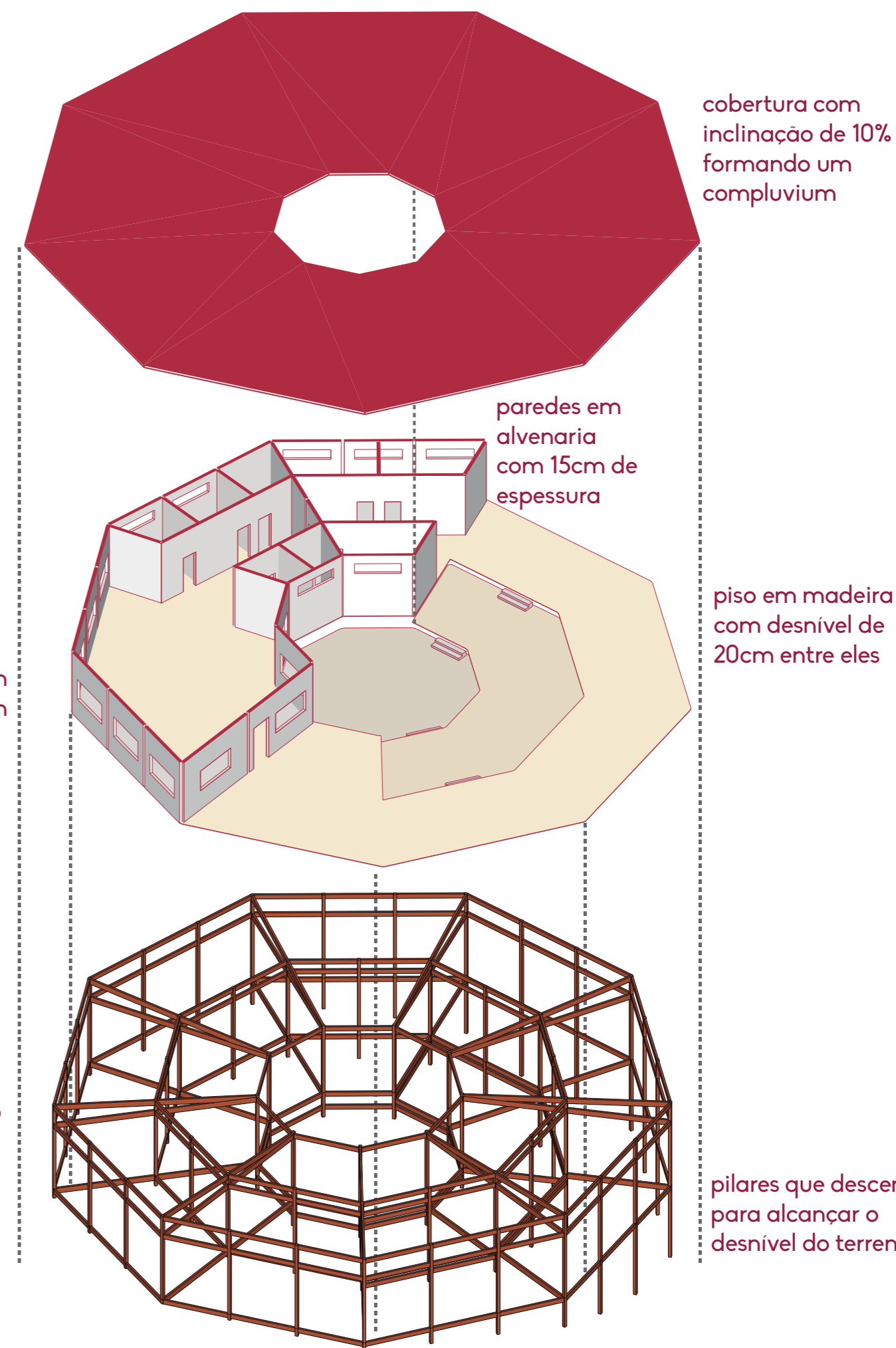
Até mesmo as aberturas das janelas foram pensadas para que seja possível visualizar a rua, tanto de dentro para fora, como de fora para dentro. Essa permeabilidade também é outra forte característica do projeto. Todo o espaço da arena é aberto, permitindo a livre fruição, independente se a cozinha estiver funcionando ou não.

Sua implantação no terreno se deu a partir dos estudos de fluxo, e considerando a paisagem do entorno. Dessa forma, aproveitando o relevo do terreno, e a permeabilidade do local, o espaço dos patamares também serve como um mirante para a paisagem à sua frente.

Já o espaço da cozinha propriamente dito, foi pensado não apenas como um espaço capaz de abrigar confortavelmente a produção de refeições, mas também com um lugar onde caiba um grupo de pessoas dispostos a estabelecer uma troca, por esse motivo a setorização do espaço de preparação e cozimento dos alimentos não é totalmente separada, há um encontro, uma troca neste espaço, um ambiente de nutrir os afetos, fortalecer os laços.

janelas com 1,20m de peitoril com abertura para a rua

estrutura em madeira com 9 módulos



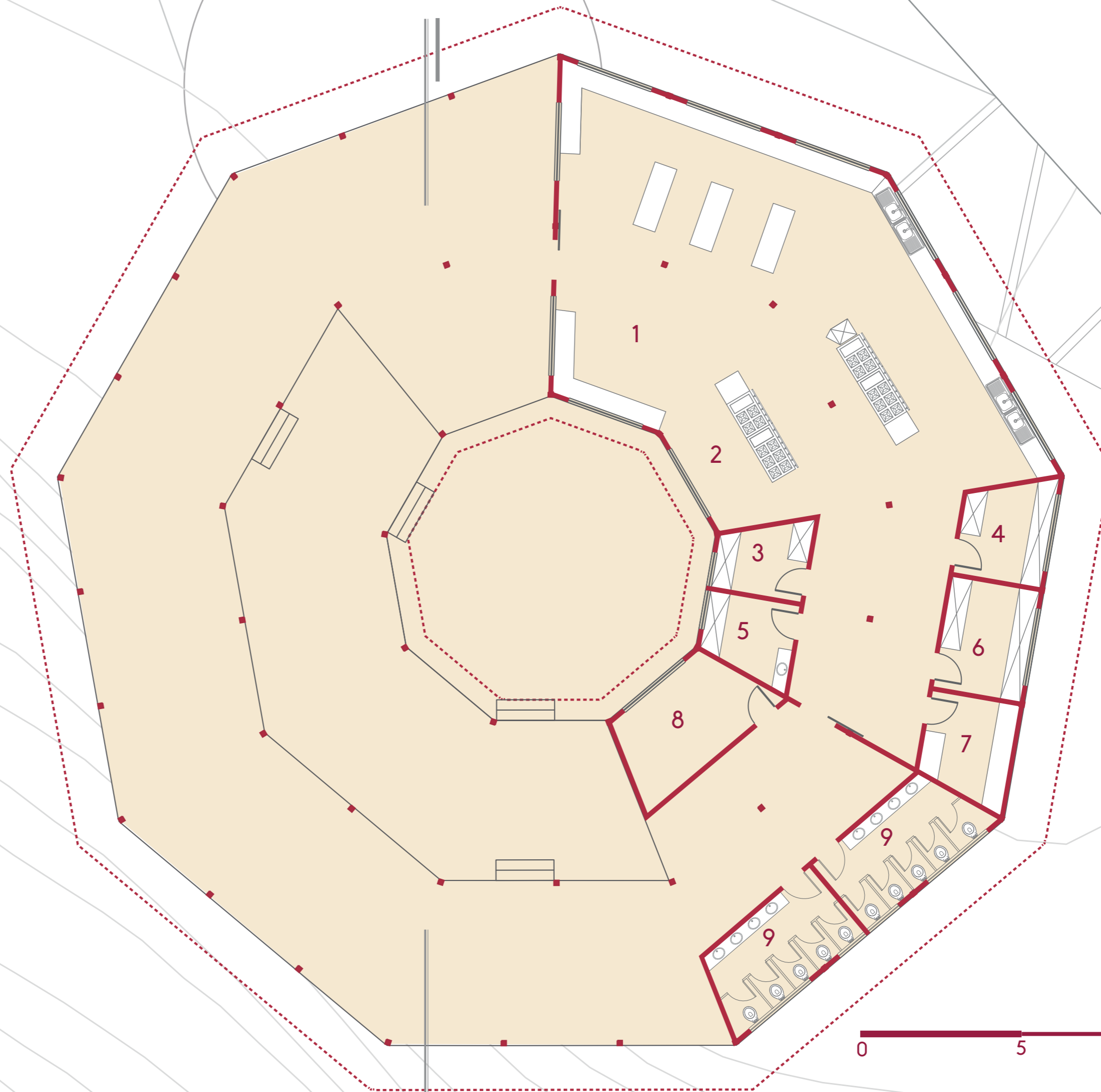
cobertura com inclinação de 10% formando um compluvium

paredes em alvenaria com 15cm de espessura

pisos em madeira com desnível de 20cm entre eles

pilares que descem para alcançar o desnível do terreno

- 1 preparação e lavagem
- 2 cocção
- 3 materiais de limpeza
- 4 utensílios
- 5 vestiário de apoio
- 6 despensa
- 7 câmara fria
- 8 sala de apoio/ depósito
- 9 sanitários

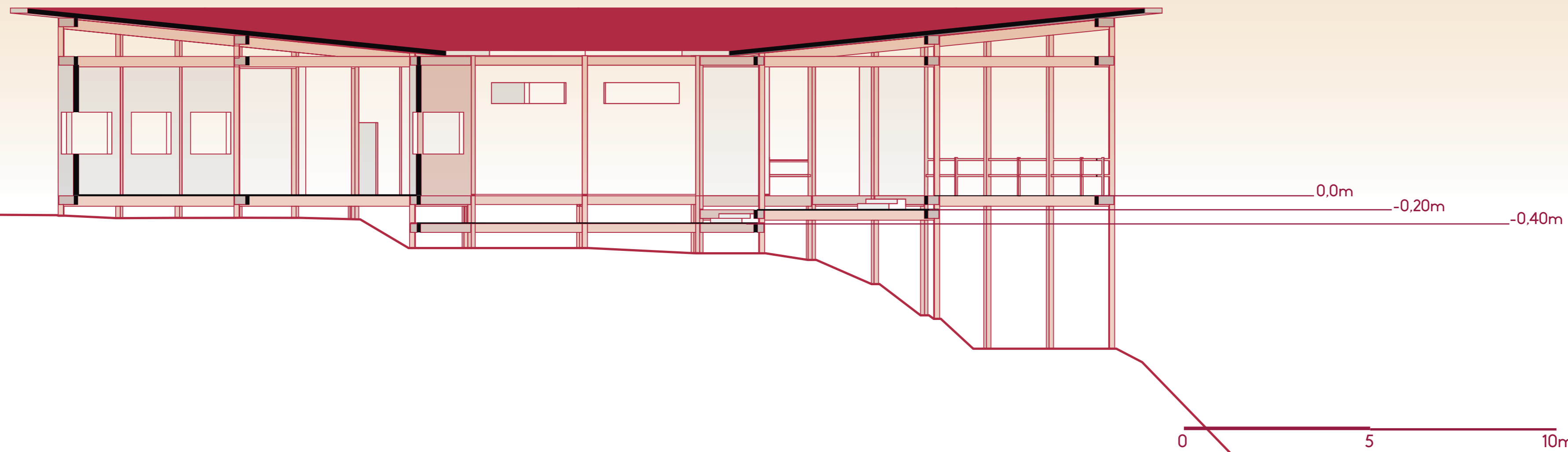


0 5 10m

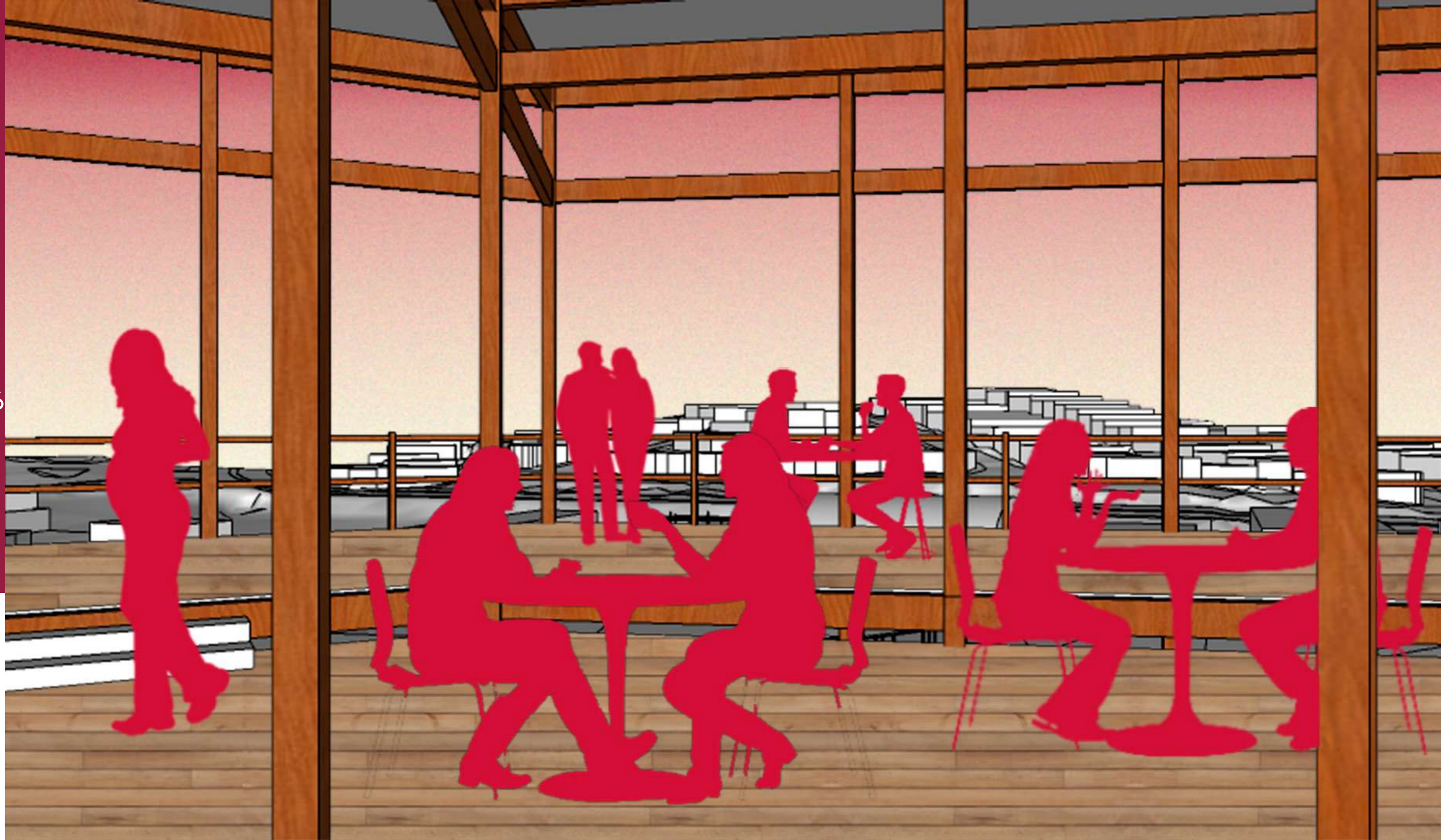


102

103









CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender, ao longo deste ano, as relações entre o corpo, o espaço público, as práticas sociais urbanas das mulheres, e quais os modos de resistir a fim de garantir o direito à cidade. Ao longo do processo de estudo, levantamento e projeto, ficou claro que a arquitetura e urbanismo por si só não irão resolver a questão de gênero, a desigualdade social, ou mesmo a mercadificação da cultura, e do espaço público. Essas questões se resolvem no âmago da política pública, através da educação de qualidade, conscientização e garantia dos direitos do cidadão.

Ainda sim, a arquitetura e o urbanismo podem garantir projetos que qualifiquem o espaço público, que tragam alguma identidade e acolhimento não apenas às mulheres, mas à todos àqueles que não estão incluídos nas narrativas hegemônicas, que não são levados em consideração no planejamento urbano ou em qualquer política de produção da cidade e este com certeza foi o modo de se pensar a cidade que guiou todo este processo projetual.

Assim, pensar infraestruturas e espaços que de algum modo lidem com os conflitos sociais e urbanos apresentados neste trabalho, parecem ser um bom caminho para rever as questões acerca do direito à cidade. Nesse sentido, a proposta buscou, através da qualificação do espaço público, e criação de identidade, atender demandas objetivas e subjetivas que também guiaram o processo. Não se trata de um projeto que se finda, ou mesmo que oferece uma programação de uso fechado, mas que traz a ideia de receber e acolher a imprevisibilidade da vida, e as práticas urbanas de corpos distintos.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente à minha família, meu pai Álvaro, minha mãe Valdênia, meu irmão Rafael e minha avó Luiza por terem sonhado junto comigo, por todo amor, carinho e compreensão que sempre tiveram ao longo desses anos de graduação.

Agradeço às minhas orientadoras Aline e Joana, pelo empenho ao longo deste trabalho e por sempre estarem dispostas a conversar e pensar juntas o desenrolar de todas minhas ideias. À Sarah, por todo apoio ao longo deste ano, foi muito bom estar mais perto de você, mesmo estando longe. Não sei o que seria disso tudo sem a nossa parceria.

Agradeço também a todas minhas amigas e amigos, às meninas da república, Ju, Jubellu, Maki, Mari, Lez, Marcela, Tati, Lep e Bianca e todas as outras que passaram por lá. Aos amigos do IAU, Carolina obrigada por tudo, ainda bem que a gente se encontrou. À Mainara, Raquel, Chiara, Ana, Julia, Guilherme, Tiago, Millena, Sofi, Ju Seixas, Luís, Zé e todos os outros que tenho grande carinho, sou muito grata.

Ao Arthur, por todo afeto, paciência e parceria em todas as aventuras. E à Marina, Louyse, Giovana e Ed, que neste último ano me deram não só uma casinha, mas um lar.

Obrigada por me apoiarem neste processo tão doido que é o TGI.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Arte enquanto micro-resistência urbana. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 2, n. 21, p. 337-350, maio 2009.

EMERIQUE, Lucas Possedente. Dos engenhos de açúcar à indústria automobilística: o desenvolvimento e as transformações da indústria no município de Piracicaba/SP. 2014. 203 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRISOTTO, Daniel. Morar murado: o dia-a-dia em um condomínio fechado da faixa 1 do programa minha casa minha vida em Piracicaba SP. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. 2012.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. *Cadernos Metrópole* [online]. 2019, v. 21, n. 46, pp. 951-974. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4612>>. Epub 15 Ago 2019.

IBDU. *Direito à Cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: IBDU, 2017.

IBDU. *Direito à Cidade: uma outra visão de gênero*. São Paulo: IBDU, 2017.

INSTITUTO PÓLIS. *Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento de Piracicaba*. Piracicaba: Instituto Pólis, 2003.

IPPLAP. *A festa do Divino Espírito Santo de Piracicaba*. Piracicaba: IPPLAP, 2012.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. Corpografias urbanas. *Arquitextos*, São Paulo, ano 8, n. 093.07, Vitruvius, fev. 2008 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>

REFERÊNCIAS

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Vol. 5. São Paulo: Centauro, 2001.

PALLAMIN, Vera. Arte urbana como prática crítica. *Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana*. São Paulo, Estação Liberdade (2002): 103-110.

PERROT, Michelle. O gênero na cidade. In *As mulheres ou os silêncios da história*. EDUSC: Bauru, 2005

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACICABA. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de Piracicaba*. Piracicaba: Prefeitura Municipal de Piracicaba, 2003.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. Edusp, 2007.

MASSOLA, Camila Sumi. A cidade na perspectiva do gênero: as políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP. 2018. 137 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Campinas, Campinas, 2018.

TAVARES, Rossana Brandão. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. 2015. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TAVARES, Rossana Brandão. Práticas de resistência na perspectiva de gênero contra a indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. In: XVII ENANPUR, São Paulo, p. 1-12, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.2/ST%2010.2-05.pdf>

UNIMEP. *Planejamento estratégico municipal: a agenda 21 de piracicaba: segunda revisão 2016 a 2015*. Piracicaba: Editora Unimep, 2015.

VELLOSO, Rita. Apropriação, ou o urbano-experiência. *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 189.05, Vitruvius, fev. 2016 <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.189/5949>>.

São Carlos - SP
2021